

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO SERVIÇO SOCIAL

Luana Ribeiro Carvalho

Feminização da pobreza: um fenômeno atemporal?

Florianópolis

2022

Luana Ribeiro Carvalho

Feminização da pobreza: um fenômeno atemporal?

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Dilceane Carraro.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Carvalho, Luana

Feminização da pobreza: Um fenômeno atemporal ? / Luana
Carvalho ; orientador, Dilceane Carraro, 2022.

74 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. feminização da pobreza. mulheres.
capitalismo. sociedade . I. Carraro, Dilceane. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço
Social. III. Título.

Luana Ribeiro Carvalho

Feminização da Pobreza: Um fenômeno atemporal?

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Assistente Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2022.

Profa. Dra. Heloísa Teles

Coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Dilceane Carraro

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Heloísa Teles

Avaliadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Maria Cecília Olívio

Avaliadora

Florianópolis, 2022

... embora a alegação de que a maioria dos pobres do mundo sejam mulheres não possa ser justificada, a posição desfavorecida das mulheres é indiscutível. Mohgadam (2005).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, minha fé foi o que me manteve firme no meu propósito. A jornada da graduação não é fácil, são inúmeras as condicionalidades que nos fazem pensar em desistir, o caminho que trilhei durante esse percurso só foi possível graças ao incessante incentivo da minha família, assim como o contato com pessoas incríveis que fizeram essa jornada valer a pena.

Deixo registrado a mais profunda gratidão aos meus pais, Adelino Carvalho Filho e Vera Luzia Ribeiro de Aguiar, assim como meus irmãos Eduardo Ribeiro de Aguiar, Maiara Carvalho Amorim e ao meu cunhado Jucélio Manoel de Amorim, vocês foram os primeiros responsáveis por investirem emocionalmente e financeiramente nesse sonho, assim como todos os demais familiares que contribuíram significativamente para que essa jornada chegasse ao fim, sem vocês não seria possível. Dedico esse trabalho em especial ao meu companheiro William Fornaza Machado, que esteve presente nos melhores e nos piores momentos, que segurou todas as dificuldades e não me deixou desistir, obrigada por trilhar esse caminho junto comigo.

Agradeço a minha professora e orientadora Dilceane Carraro que foi uma das minhas maiores inspirações para que eu decidisse sair do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina para o Curso de Serviço Social, obrigada por todo apoio, por todas as vezes que conseguiu me inserir nas disciplinas do curso, por todas as escutas e conversas, por sempre se mostrar aberta ao diálogo e não medir esforços para concretizar meus objetivos, foi uma honra ter a possibilidade de ter te conhecido em um ambiente acadêmico que muitas das vezes é hostil e solitário, você fez essa jornada se tornar mais amena e menos dolorosa.

Registro aqui o meu muito obrigado a todos os demais professores, a minha supervisora de campo/ estágio Maria Cecília Olívio, e aos demais profissionais que compõem a equipe do Centro de Referência de Assistência CRAS Sul III/ Florianópolis, onde realizei o estágio obrigatório, cada um de vocês foi responsável por plantar uma semente do conhecimento.

Por fim, agradeço a Luana (sim, eu mesma), que apesar das adversidades dedicou-se diariamente a realizar esse sonho e concluir sua formação nessa profissão que apesar de ser desvalorizada é tão significativa e importante; palavras não são suficientes para descrever a emoção desse momento.

RESUMO

A pobreza feminina apesar de ser considerada um fenômeno contemporâneo que ganhou maior visibilidade na década de 1970, apresenta-se como um fenômeno de raízes profundas que só podem ser explicadas a partir de uma análise societária da posição da mulher na sociedade capitalista. Neste trabalho busca-se evidenciar as relações estruturais ainda existentes na sociedade brasileira assim como se faz um diálogo, mesmo que breve, sobre as condições históricas que ainda incidem sobre a condição feminina e que resultam na feminização da pobreza. Não podemos discutir pobreza da mulher sem demonstrar que as mazelas do capitalismo, da sociedade patriarcal e a desigualdade de gênero são elementos estruturantes da sociedade brasileira e responsáveis por acentuar a feminização da pobreza principalmente no contexto da crise sanitária de covid-19. Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é analisar o lugar da mulher na sociedade ao longo das distintas fases do capitalismo como forma de explicar se a feminização da pobreza é um fenômeno atemporal. Como objetivos específicos, busca-se: a) identificar os fatores históricos que contribuem para a feminização da pobreza; b) conceituar o termo feminização da pobreza; c) demonstrar como a divisão da sociedade e a desigualdade de gênero influenciam diretamente na condição atual das mulheres. Para realização deste estudo recorreremos à revisão bibliográfica em livros, artigos e sites, chegando à conclusão que a feminização da pobreza é um fenômeno atemporal que se evidencia na sociedade principalmente com o avanço do capitalismo, sendo respaldado pelo sistema histórico e estrutural da gênese de formação da sociedade.

Palavras-chave: Feminização da pobreza; mulheres; capitalismo; sociedade.

ABSTRACT

Female poverty in spite of being considered a contemporary phenomenon that gained greater visibility in the seventies, it presents as a phenomenon with deep roots that can only be explained from a corporative analysis of the women's position in the capitalist society. This work seeks to highlight the construction relationships that still exist in Brazilian society as well as a dialogue, even a brief one, about the historical conditions that still affect the female condition and that result in the poverty's feminization. We cannot discuss women's poverty without argue that the ills of capitalism, patriarchal society and gender inequality are structuring elements of Brazilian society and responsible for accentuating the poverty's feminization, especially in the context of the covid-19 health crisis. In this way, the general goal of the work is analyzing the women's place in society throughout the different phases of capitalism as a way of explaining if the poverty's feminization is a timeless phenomenon. As specific goals it looks for: a) identify the historical factors that contribute to the poverty's feminization; b) conceptualize the term poverty's feminization; c) argue how the society's division and gender inequality directly influence the current women's condition. In order to carry out this survey, we appealed to a bibliographic review in books, articles and websites, reaching the conclusion that the poverty's feminization is a timeless phenomenon that is visible in society mainly with the advance of capitalism, being supported by the historical and structural system of the genesis formation of society.

Keywords: Feminization of poverty; women; capitalism; society.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF	Bolsa Família
CESIT	Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF/1988	Constituição Federal de 1988
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PGRFM	Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PT	Partido dos Trabalhadores
PTR	Programa de Transferência de Renda
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
2.A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E O LUGAR DA MULHER	16
2.1.MULHER E POBREZA NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA	17
2.2.A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E SUA INSERÇÃO NA AGENDA INTERNACIONAL	29
3.EXPRESSÕES ATUAIS DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL	36
3.1.GÊNERO E SUA INTERFACE COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA	37
3.2.FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO CONTEXTO ATUAL	47
4.CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS.....	67

1.INTRODUÇÃO

A feminização da pobreza apresenta-se como um fenômeno contemporâneo, por vezes naturalizado e relacionado por muitos como “vadiagem”, preguiça e falta de vontade das pessoas que se encontram em situações vulneráveis de tentarem sair desta condição. No Brasil perpetua-se o seguinte dito popular “é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe”, associando programas que tentam amenizar a pobreza a serem os responsáveis por colocarem a população pobre no comodismo, como se valores extremamente irrisórios¹, tais como o atual Auxílio Brasil², fossem suficientes para gerar autonomia considerável na vida dos sujeitos.

Entretanto apesar da pobreza atingir exclusivamente a classe trabalhadora, ela se distingue, principalmente no que se refere à raça, gênero e etnia, sendo assim consideramos que a pauperização feminina deve ser pensada a partir da estrutura social e econômica de uma sociedade capitalista que preservou ideais religiosos e excludentes para se efetivar e que se remodela à medida que observa a necessidade de mudanças que garantam a sua continuidade.

Dessa forma, analisando a evolução da figura feminina na sociedade, chega-se ao atual contexto, onde presenciamos não apenas um crescente número de pobres no Brasil³, mas principalmente o empobrecimento do gênero feminino. A pobreza manifesta-se de inúmeras formas na classe trabalhadora, mas sua incidência nas mulheres mostra-se mais feroz, pois observa-se que são elas as mais presentes nas filas de doações, nos postos de saúde, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), nas escolas, em todos os serviços básicos e os que estão de certa forma relacionados a família. Isso porque desde pequenos somos condicionados a transferir essas obrigações ao gênero feminino, pois ao homem é destinado prover o sustento familiar, o trabalho “fora de casa”, à mulher coube o ambiente doméstico, as

¹ Aqui nos referimos a valores irrisórios dada as atuais circunstâncias econômicas do país, a inflação descontrolada impactou diretamente no aumento do preço dos alimentos, do gás de cozinha, da energia elétrica e outros, logo o valor repassado pelo benefício não é suficiente para a manutenção de uma família.

² O Auxílio Brasil é um programa Federal que atualmente substitui o antigo Bolsa Família, o valor repassado pelo Governo é de R\$ 600,00 reais as famílias, podendo chegar a R\$ 1.220,00 se a família estiver dentro dos requisitos necessários para acessar os benefícios complementares.

³ Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas são 63 milhões de pessoas no Brasil, que em 2021 viviam em domicílios onde a renda por pessoa não ultrapassavam R\$ 497,00 reais por mês. A pesquisa mostra também um aumento dos que estão na chamada extrema pobreza. São 33 milhões de brasileiros que vivem com menos de R\$ 289,00 reais por mês.

relações, o cuidado com a casa, com os filhos, e mesmo com a adesão das mulheres na esfera do trabalho assalariado, ainda assim, não houve emancipação da subjugação das obrigações familiares, sobrecarregando-as.

É inegável que essa estrutura hierarquizante da sociedade capitalista que coloca em posições desiguais homens e mulheres se evidencia na pobreza, ou seja, são elas as mais afetadas, sendo assim, independentemente das distintas fases que se encontra o desenvolvimento capitalista e a inserção da mulher neste modo de produção, são fatores que contribuem para a incidência desse fenômeno, logo a feminização da pobreza torna-se passível de estudos que buscam compreender mais profundamente as bases estruturantes da pauperização feminina.

Apesar da década de 1990 se consolidar como o início do debate sobre a pauperização feminina na agenda internacional, a literatura sobre o tema aponta para uma discussão já nos anos 1970, em que encontram-se muitos estudos fazendo abordagens distintas sobre esse assunto, principalmente no que se refere a estudos norte-americanos. Como exemplo desse processo, a estudiosa Diane Pearce (1970) apresenta um debate nessa linha. Ainda que assumindo uma posição que pouco relaciona a pauperização feminina à estrutura social, ela demonstra-se importante ao trazer pela primeira vez a discussão da feminização da pobreza.

Nota-se que a distinção de gênero alinhada a outros fatores como a exclusão das mulheres do acesso à educação e ao trabalho remunerado por anos, assim como a desvalorização do trabalho doméstico que é realizado pelas mulheres, a forma social, cultural de valores e ideologias moralmente e propositalmente pensados para rebaixar o trabalho desenvolvido pela mulher na sociedade e o lugar a que foram submetidas na estrutura societária, são os responsáveis por manterem e contribuir para a feminização da pobreza.

Buscando compreender esse fenômeno, a problemática do presente trabalho se concretiza na seguinte indagação: a feminização da pobreza deriva da forma como a sociedade capitalista foi estruturada, dessa forma é um fenômeno atemporal? Para responder essa questão, que se demonstra complexa, visto que muito se tem produzido sobre essa temática, recorreu-se a revisão bibliográfica, em artigos, livros, sites e bancos de dados públicos, a fim de chegar ao objetivo geral desta obra que é analisar o lugar da mulher na sociedade ao longo das distintas fases do capitalismo como forma de explicar se a feminização da pobreza é um fenômeno atemporal. Como objetivos específicos busca-se: identificar os fatores históricos que contribuem para a

feminização da pobreza; conceituar o termo feminização da pobreza; demonstrar como a divisão da sociedade e a desigualdade de gênero influenciam diretamente na condição atual das mulheres.

Para isso, propositalmente utilizou-se da análise da literatura mais clássica às mais atuais, pois, como a autora deste trabalho indaga sobre se a feminização da pobreza se revela como um fenômeno atemporal, fez-se necessário buscar entender o que já foi produzido sobre a temática em épocas distintas, visto que a conjuntura social, econômica, política e cultural, assumem características diferentes, e ao mesmo tempo que se diferem, se assemelham uma vez que a literatura estudada mostrou que alguns fenômenos se mantêm mesmo com o passar das décadas, pois são estruturais, o que pontuaremos mais adiante.

O presente tema se justifica em discutir a feminização da pobreza, já que é necessário criar medidas de políticas públicas que pensem sobre a desigualdade de gênero e diminuir esse crescente número na sociedade brasileira, assim como as bases da estrutura social que refletem na contemporaneidade, atingindo diretamente a garantia de direitos aos homens e mulheres. Visto que a pobreza, estruturante da sociedade capitalista, afeta diretamente a vida das mulheres e que estas dificilmente conseguem romper esse ciclo.

Segundo dados disponíveis no site do Ministério da Cidadania⁴, em janeiro de 2004 eram beneficiárias do Programa BF 3.615.861 famílias, consideradas em situação de pobreza e/ou extrema pobreza que se mostravam aptas a receberem o benefício. Atualmente o programa foi extinguido, sendo substituído pelo Auxílio Brasil (2021), o qual contempla 20.653.849 famílias beneficiárias (dados de setembro de 2022). Os dados alarmantes dessa crescente pobreza tornam-se ainda mais visíveis na constante procura de cidadãos aos serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Para acessar essa política é necessário que o solicitante faça o Cadastro Único, que é o registro usado pelo Governo Federal que permite mapear as famílias de baixa renda no país. Costuma-se fazer esse cadastro nos Centro de Referência de Assistência Social⁵. Adentramos esses fatos para justificar que é constante a presença

⁴ Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>.

⁵ O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. É por meio do CRAS que as famílias

das mulheres nesse serviço, seja na busca pelos benefícios eventuais, como, por exemplo, o natalidade, assim como pelo Auxílio Brasil e o cadastro único.

Observando o Centro de Referência de Assistência Social/ CRAS Sul III, localizado no município de Florianópolis/ SC, campo de estágio obrigatório da autora deste trabalho, presenciou-se regularmente a busca assídua de mulheres na procura por benefícios, desde os eventuais aos de transferência de renda. Assim, as frequentes notícias sobre o aumento da fome, das filas por “ossos” para as refeições, pela forte presença do gênero feminino nesses espaços, por observar constantemente nos noticiários os impactos da pandemia de covid-19 na vida das mulheres, todos esses determinantes foram responsáveis por instigar a curiosidade de se aprofundar mais no fenômeno da pobreza feminina.

Dessa forma, para se alcançar o objetivo desejado foi traçado uma breve linha do tempo, sobre a figura da mulher ao longo dos séculos como forma de compreender o contexto atual, partindo da revisão bibliográfica, analisando a sociedade primitiva até a constituição da sociedade capitalista. De maneira mais ampla a pesquisa foi realizada até chegar na construção da atual sociedade, porém, destacando as influências históricas, econômicas, culturais e religiosas, as quais são as bases da estrutura social do Brasil, que se mostrou necessária para compreender a feminização da pobreza.

Para isso utilizou-se de bibliografias clássicas que evidenciam o processo de evolução do ser humano, da sociedade e suas mudanças que resultaram na base social à qual estamos submetidos. Das obras mais clássicas às mais atuais que são o suporte deste trabalho, percebemos o quanto as mudanças recorrentes serviram apenas para fortalecer o sistema capitalista e não só isso, dos autores estudados que analisaram períodos e conjunturas tão diferentes, que seguem linhas de pesquisas ainda que opostas, chegam sempre ao mesmo entendimento: uma pobreza que é estruturante, que cria um ciclo vicioso que raramente é rompido e que serve de manutenção de um sistema que nos condiciona a enxergá-lo como natural, que coloca trabalhadoras versus trabalhadores e que sustenta-se na proliferação de ideologias conservadoras e neoliberais.

Para entender essa lógica adentramos o debate sobre feminização da pobreza através das discussões internacionais sobre o tema, assim como buscamos compreender o uso desse termo que muitas vezes pode ser utilizado de maneira polissêmica⁶. Posteriormente, apresenta-se as ações criadas como forma de amenizar os impactos do modo de produção capitalista que afeta diretamente a vida das mulheres e que é responsável por mantê-las em posições desiguais, assim como a função social e cultural na qual estão destinadas que corroboram com a feminização da pobreza. Para isso recorreremos aos avanços nos direitos da população brasileira, principalmente no que tange a efetivação da política de assistência e suas diretrizes, em especial a função destinada ao gênero feminino que ganhou foco na estruturação da política.

Por compreender que as medidas criadas pelo Governo não são suficientes, que possuem caráter focalizado, imediatista, que gera uma autonomia limitada e que não permite por vezes a independência da família, em especial das mulheres, visto que são políticas de caráter familista e não de gênero, que não foram revisadas a ponto de atender às novas demandas que surgem, optou-se então por apresentá-las antes do último capítulo deste trabalho, que refere-se a feminização da pobreza no contexto atual.

Guiamo-nos por todo o contexto histórico demonstrado nas obras analisadas para enfim esmiuçar o atual período, evidenciando a pandemia motivada pelo vírus SARS-CoV-2 (conhecido popularmente como Covid-19), a crise sanitária, econômica e política no Brasil, o aumento da pobreza e conseqüentemente da pauperização feminina para explicar a feminização da pobreza.

Por fim, é impossível separar a atual condição da mulher de todo processo histórico que foi/ é base estrutural da sociedade. Esta obra demonstra que o fenômeno da feminização da pobreza é discutido há algum tempo por estudiosos e que hoje se apresenta como contemporâneo e carrega consigo sequelas de uma sociedade forjada a partir de ideais que se construíram sobre um pilar que naturaliza a exploração da classe trabalhadora, a hierarquização, a distinção de gênero, assumindo preceitos religiosos que justifiquem essa pirâmide social.

⁶ Aqui nos referimos ao uso do termo feminização da pobreza de maneira polissêmica visto que muitos sites utilizam como significado deste termo a ausência de um companheiro na estrutura familiar sendo o responsável pela pobreza feminina.

É a partir do entendimento da construção social que podemos desmistificar valores que naturalizamos diariamente, aprofundando nossos estudos em um tema que é presente e por muitos invisibilizado.

2. A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E O LUGAR DA MULHER

Para analisar o lugar da mulher na sociedade e que a feminização é um fenômeno atemporal e não contemporâneo, que apresenta raízes mais profundas que estão diretamente relacionadas à construção da sociedade e o avanço do homem/mulher, do modo de produção e do patriarcado, essa seção está dividida em duas subseções.

Na primeira recorreremos à evolução humana para explicar os estágios de formação da sociedade e, conseqüentemente, as funções que a mulher exerce ao longo destas mudanças sociais. Começamos por pesquisas bibliográficas da antropologia através da obra de Engels (1984) que baseou seu estudo no antropólogo Lewis Morgan (1877), para explicar a constituição da sociedade primitiva até o modo de produção capitalista que ainda é vigente, apesar de ter sofrido mudanças ao longo dos séculos.

Como este trabalho direciona-se ao Brasil, nos debruçamos sobre a obra da estudiosa Heleieth Saffioti (1979), assim como de outros autores que se considerou importante para explicar a construção do nosso país. Diferentemente dos países propulsores da Revolução Industrial, o Brasil se inseriu tardiamente no modo de produção capitalista, por ter sido uma colônia de exploração.

Traçamos a linha do tempo direcionando-a mesmo que brevemente sobre o início desse país, desde sua invasão, ao processo de escravidão, os avanços econômicos, políticos e sociais e a função da mulher durante esses percursos. Isso para compreender as estruturas que foram e continuam sendo responsáveis pela desigualdade de gênero resultando na feminização da pobreza.

Na segunda subseção aprofundamos o entendimento sobre o termo feminização da pobreza, ressaltando a autora norte-americana Diane Pearce (1970), que foi a primeira estudiosa a cunhar esse termo, apesar de não concordar-se com algumas questões levantadas pela autora é inegável a importância e relevância no que diz respeito aos estudos sobre pobreza feminina. Destacamos o debate internacional que se desdobrou na década de 90 sobre a pobreza, o modo de

produção capitalista e, conseqüentemente, sua relação com a feminização da pobreza.

Nesta subseção relacionamos a construção e o uso desse termo com demais estudiosos que se dedicaram a explicar esse fenômeno, utilizando autores da década de 90 aos anos 2000, que apresentam perspectivas diferentes e por vezes comuns para esclarecer o motivo das mulheres serem as mais afetadas pela pauperização.

2.1. MULHER E POBREZA NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

De acordo com Paula (2020) a pobreza é um substantivo, cujo significado é a pessoa pobre, a qual tem carência necessária à sobrevivência. Entende-se por pobreza um fenômeno multidimensional sempre presente na sociedade, mas que ganhou características mais profundas a partir do avanço do capitalismo e da ausência da intervenção do Estado.

Trata-se de um processo social e econômico, enraizado na exclusão social, cultural e política de uma parcela da sociedade e que ainda assim afeta distintamente homens e mulheres. Quando se fala em pobreza, as pesquisas que são realizadas sempre levam em consideração as dimensões econômicas, deixando de lado a relação estrutural referente ao gênero, raça e etnia que estruturam a sociedade e moldam as faces da pobreza. (PAULA, 2020).

De acordo com Gonçalves (2010, p. 577), a desigualdade não pode ser pensada enquanto um conceito em si, só tendo sentido se estabelecidas às relações históricas e interrelacionadas entre os papéis sociais e as estratificações que colocam os sujeitos em posições favoráveis ou desfavoráveis em termos de lugar social.

Contudo, apesar da pobreza atingir grande parcela da sociedade, aqui evidencia-se a pauperização feminina. As mulheres passaram a estar em posições desfavoráveis com o avanço do processo civilizatório da sociedade. Existe uma naturalização e responsabilização desde a infância do que se é esperado, a maioria das culturas utiliza-se de meios religiosos para justificar as formas de opressão na sociedade que são reservadas ao gênero feminino. (SIRELLI; SOUZA, 2017).

Dessa forma, algumas literaturas como a da Heleieth Saffioti (1979), Angela Davis (2019) e Jéssica Oliveira (2020) retratam as conseqüências do sistema patriarcal racista e capitalista que se estabelece, principalmente no período colonial e

se efetiva como forma estruturante da sociedade que exclue diretamente as mulheres. Entretanto, nem sempre as mulheres estiveram em posição desigual na sociedade, dessa forma, no presente trabalho far-se-á uma breve análise da linha de tempo, traçando um panorama do lugar da mulher nos períodos evolutivos da sociedade.

Para explicar a posição da mulher na sociedade primitiva foi necessário recorrer à Engels (1984), que baseou seus estudos no antropólogo Lewis Morgan (1877), caracterizando a evolução humana em três estágios, sendo eles: o estado selvagem (mais prolongado); o estado de barbárie que começou com o surgimento da agricultura e a criação de gado; e a civilização que teve início com a fundição do minério de ferro e a invenção da escrita alfabética, em que o homem amplia e complexifica a elaboração dos produtos naturais.

Analisando o primeiro estágio, nota-se que a posição de submissão da mulher não é algo presente, aponta-se para a existência de uma sociedade baseada no sistema matriarcal, Engels sinaliza para uma sociedade primitiva em que as mulheres dispunham de uma posição significativa.

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre como, também, muito considerada. (ENGELS, 1984, p. 50-51).

Conforme Evelyn Reed (2011), as mulheres na sociedade primitiva não só ocupavam papéis relevantes como foram as responsáveis por oportunizar a descoberta de várias ciências, uma vez que foram as primeiras agricultoras e cientistas, a autora ainda sinaliza que apesar da importância de suas descobertas, o passar do tempo só contribuiu para que as mesmas vissem suas funções na sociedade serem banalizadas.

Da colheita espontânea de frutos, passaram à horticultura rudimentar e depois a agricultura. Entre as grandes variedades de arte que praticavam incluem-se a cerâmica, a curtição de peles, a tecelagem, a construção de habitações, etc. Foram as mulheres que desenvolveram os rudimentos da botânica, da química, da medicina e outros conhecimentos científicos (REED, 2011, p.23).

Engels (1984) em sua obra descreve a sociedade barbárie e os avanços que começavam a surgir, o homem passa a interferir diretamente na natureza, cria-se instrumentos necessários para o trabalho manual, o autor ainda evidencia esse momento como o responsável pela ruptura da família consanguínea, cedendo lugar

aos clãs separados e posteriormente a família individual (denominamos de família nuclear).

Trata-se de um período que teve a ruptura da sociedade matriarcal, o avanço do acúmulo de riquezas, da propriedade, os novos instrumentos de trabalho passam a ser destinados aos homens, as mulheres tornam-se proprietárias dos meios domésticos, sai de cena a sociedade matriarcal, originando a sociedade patriarcal. (ENGELS, 1984).

Segundo Reed (2011), a sociedade patriarcal surge por intermédio dos juristas romanos, os patrícios formulam o poder aos pais e possibilitam uma sociedade escravocrata.

O princípio patriarcal, a lei pela qual o homem transmite a propriedade a seu filho, foi evidentemente uma inovação dos patrícios, ou seja, dos partidários da ordem patriarcal, dos ricos e dos proprietários. Estes desintegraram o Primitivo Clã Materno, formando famílias patriarcais. Os patrícios estabeleceram a linha de descendência paterna, e consideraram o pai e a não a mãe, como base do parentesco (REED, 2011, p. 28).

A partir dessas mudanças sociais e econômicas enfrentadas pela sociedade, as mulheres que antes possuíam lugar privilegiado começam a ser distanciadas de sua participação na sociedade e o sistema feudal corrobora com o aprofundamento dessas mudanças. (REED, 2011). Percebe-se que a partir da evolução do pensamento humano, dos meios de subsistência, da ampliação dos clãs/famílias, do entendimento da posse e da propriedade privada, começa a manifestar-se no homem/mulher o individualismo e a necessidade de acumular riquezas, o que antes era compartilhado passa a ser individualizado.

Adentramos agora a realidade europeia, para mergulharmos na construção e nos avanços dessa sociedade, que muito influenciou na formação da sociedade brasileira, assim como foram propulsores dos avanços econômicos (revolução industrial) e das lutas feministas.

A sociedade feudal europeia (século IX - XIII) foi responsável por modificar as estruturas sociais, surgem os grandes latifúndios pertencentes a um único dono. Franco (1983), sinaliza que apesar de ser um período em que os camponeses passam a ser explorados, os escravos passam a ser classe trabalhadora, mesmo sendo um trabalhador não remunerado, ainda assim, houve mudança em relação a sua condição social, assim como mudanças estruturais e econômicas.

Esse período ficou marcado pela forte presença da Igreja e da clericalização da sociedade, uma sociedade que surgia baseada na divisão de classes, ganhava força com o incentivo da Igreja que começava a intervir diretamente, perpetuando a pobreza como algo legítimo e divino, a figura da mulher é colocada em condições mais precárias e desumanizantes. (FRANCO, 1983).

A mulher nesse período é associada primeiramente pela Igreja como inferior e um ser que leva consigo a “fraqueza da carne”, posteriormente essa ideia de perversão por parte das mulheres vai ganhando novas formas, a igreja passa a associá-la a figura da virgem maria, que deveria ser casta e pura.

Não todas as mulheres estavam nesse quadro, as camponesas, por exemplo, não recebiam o mesmo tratamento, eram sujeitas ao trabalho árduo nas lavouras, assim como o cuidado com a casa, filhos e marido, percebe-se uma mudança de comportamento no qual a mulher vai sendo direcionada diretamente ao trabalho doméstico.

Com o advento da nova classe social, a chamada burguesia, novamente com as mudanças econômicas e sociais, as mulheres não conseguiram ascensão e participação na sociedade, ficando sujeitas aos mesmos pensamentos do período feudal e destinadas ao ambiente familiar e conseqüentemente doméstico. (SINIGAGLIA, 2018).

Somente com a consolidação do capitalismo, no século XX, as mulheres passaram a ocupar o mercado de trabalho de forma mais massiva, essas mudanças estruturais⁷ ocasionaram o aumento da pobreza e do crescimento das cidades. Conseqüentemente o novo modo de produção esboçava que a exploração dos mais pobres seria uma das suas características, aliado a fatores como a exclusão de uma parcela da sociedade, os baixos salários e as condições precárias de vida da classe trabalhadora marcaram esse período.

As mulheres que antes dedicavam-se ao trabalho doméstico⁸ se inserem na esfera desse novo modo de produção de maneira inconsistente, consideradas como mão de obra mais barata, sujeitas a desvalorização para prover o sustento familiar.

⁷ Aqui nos referimos a expansão das cidades, pessoas passam a deixar o campo em busca de melhores condições, logo o começo do processo de industrialização passa a mudar as estruturas sociais, famílias inteiras se deslocam para a cidade ocasionando um profundo aumento da vulnerabilidade dos mais pobres.

⁸ Entende-se como trabalho doméstico também os ofícios direcionados ao trabalho no campo familiar.

As mulheres, agora, passam a integrar não apenas as atividades de cuidado e responsabilidade familiar. É importante ressaltar que as mulheres sempre contribuíram para a subsistência familiar, antes mesmo do modo de produção capitalista elas já trabalhavam nos campos, nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, teciam e fiavam, fermentavam a cerveja e realizavam outras tarefas domésticas (SAFFIOTI, 1979, p.17). Todavia, o modo de produção capitalista foi responsável por individualizar o trabalho, o que antes era produzido pela família e para a família passa a ser produzido para alimentar esse sistema.

A implementação desse novo modo de produção, de acordo com Saffioti (1979), acentua a divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, os que já eram privilegiados passam a ser detentores dos meios de produção, a classe mais pauperizada passa a vender sua única riqueza, sua força de trabalho e o trabalho feminino começa a ser marginalizado.

Assim, o gênero torna-se elemento fundamental para justificar a inferiorização da mulher dentro da sociedade, conforme expressa Saffioti:

(...) aparentemente, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das empíricas das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. (SAFFIOTI, 1979, p.19).

A mulher pobre nesse período é vista como um modo de acumulação rápido para o capitalismo, uma vez que sua mão de obra é menos valorizada, por isso o trabalho feminino vai adquirindo novas formas, o que antes era destinado ao ambiente doméstico, na sociedade capitalista passa a competir com o trabalho remunerado, mas sempre em condições mais degradantes. (SINIGAGLIA, 2018).

Dentro da sociedade capitalista, com a necessidade de manter esse modo de produção, os homens vão adquirindo novos direitos, até mesmo os mais pobres. Segundo Saffioti (1979), a instauração do novo regime político leva aos homens de todas as camadas sociais às capacidades civis e políticas. O que não foi destinado às mulheres durante muitos anos, apesar de elas assumirem por um período as novas posições sociais, foram negadas a participação da vida pública.

Com a Revolução Francesa é notável o movimento das mulheres para saírem da marginalização da vida pública, reivindicaram para si o direito à participação política e social, demonstravam-se descontentes quanto um novo regime societário

que expressava apenas interesse em ampliar os direitos dos homens, esquecendo-se delas. Mas, quem eram essas mulheres⁹?

Nomes como Olympe de Gouges (1748-1793), Théroigne de Méricourt (1762-1817), que fundou o clube misto Amigo da Lei, Etta Palm d'A Elders (1743-1799), Marie-Anne Charlotte (Charlotte Corday) e tantas outras se mostraram à frente de seu tempo na luta pelos direitos das mulheres, mas foram silenciadas e tiveram suas vidas interrompidas por defenderem uma sociedade mais justa e igualitária. (SCHMIDT, 2012).

De acordo com Schmidt (2012), essas figuras foram responsáveis por plantar uma semente revolucionária no interior da sociedade europeia e principalmente na vida daquelas mulheres.

Analisando a realidade brasileira e suas mudanças sociais, como forma de compreender a função da mulher na sociedade, ressaltamos de maneira breve o processo histórico enfrentado pelo país.

Conforme entendimento de Rossini (2020), A sociedade foi se construindo a partir da naturalização da exploração, da terra, dos recursos, das pessoas, da escravidão de indígenas e negros. A sociedade atual é fruto de um país que estuprou milhares de mulheres¹⁰ em nome do “desenvolvimento”, encobrendo-se de preceitos religiosos para justificar tamanhas atrocidades, estes fatores foram responsáveis por fortalecerem o sistema patriarcal e estrutural ainda existente.

O processo de colonização brasileiro, diferentemente dos países europeus, não houve uma tentativa de implementação de um sistema econômico feudal, mas sim o estabelecimento de uma economia colonial e dependente, que serviu diretamente aos interesses mercantis europeus. Isso porque a invasão do país se deu em um período em que a estrutura econômica feudal dos países europeus já estava saturada, o que resultou no não estabelecimento de economias feudais nas colônias.

⁹ Olympe de Gouges era uma vanguardista que defendia a emancipação das mulheres, a instituição do divórcio e o fim da escravatura. À frente de um grupo de teatro formado apenas por mulheres, debatia suas ideias nas peças que escrevia, em panfletos e até em cartazes, que mandava colar pela cidade. Em um de seus panfletos mais conhecidos, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, Olympe conclamava à ação: “Ó mulheres! Mulheres, quando deixareis vós de ser cegas?”. Era uma referência direta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, documento símbolo da Revolução Francesa, mas que pouco dizia sobre os direitos do sexo feminino.

¹⁰Um estudo realizado pelo projeto DNA do Brasil, cuja meta era analisar o genoma de 40 mil brasileiros, chegou ao resultado de que genes herdados exclusivamente por via materna em geral são de negras e indígenas, e que genes transmitidos pelos pais são quase todos de colonizadores europeus, confirmando a origem miscigenada e violenta.

A própria dinâmica do sistema capitalista, quer na sua fase mercantil, industrial ou financeira, levaria os países em estágio mais avançado de constituição desse sistema a estabelecer, no novo mundo descoberto, uma estrutura econômica que não entravasse o processo do desabrochar capitalista do velho mundo europeu. (SAFFIOTI, 1979, p.75).

O sistema de exploração do Brasil colônia, a história da economia brasileira, serviu como base de rearticulação das engrenagens do sistema mercantil internacional. Para manter essa estrutura econômica formada no país, foi necessário a utilização da mão de obra escrava, que naquele período era o meio mais adequado para a continuidade do processo de acumulação.

Contudo o emprego da mão de obra escrava impactava no desenvolvimento do capitalismo, visto que é necessário para esse sistema o assalariamento daqueles que vendem sua força de trabalho, dessa forma o escravo que participou de todas as fases econômicas do país (açucareira, algodoeira, cacaueteira e cafeeira e na extração do ouro), começou a ser um obstáculo no desenvolvimento capitalista no Brasil e, conseqüentemente, nas novas rearticulações do modo de produção capitalista que começava a surgir com o avanço do industrialismo inglês.

Não participando do mercado de consumo, o escravo iria, progressivamente, surgindo como um empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais e, sobretudo, como um obstáculo à nova rearticulação dos subsistemas capitalistas imposta pelo avanço do industrialismo inglês. (SAFFIOTI, 1979, p. 78).

Apesar disso houve demora para que o trabalho escravo se transfigura-se em trabalho livre, segundo Furtado (1963) o grau de produtividade das colônias que dispunham do trabalho escravo era muito maior das que assumiam a mão-de obra livre, logo era mais vantajoso aos senhores de terras.

[...] Abolição, momento final de um longo processo de desintegração da ordem social escravocrata-senhorial, seria apenas o momento inicial, a condição *sine qua non*, do difícil e demorado processo de constituição de uma etapa superior da economia capitalista brasileira cujos primeiros efeitos marcantes só viriam a surgir nos anos que se seguem à crise mundial de 1929, quando, finalmente, o mercado interno se constituiria no principal fator dinâmico do sistema econômico nacional. (SAFFIOTI, 1979, p.81).

No Brasil, conforme Saffioti (1979), a construção do modelo patriarcal teve como apoio a instituição familiar, sendo importado no período de colonização e adequado às condições sociais e econômicas do país naquele período, que envolvia o modelo latifundiário, escravocrata e aristocrático.

Com o processo de escravidão dos negros, os que sobreviviam, eram direcionados ao trabalho árduo nas lavouras, já as mulheres nesse período (escravizadas), ocupavam o espaço de cuidadora de crianças, de “amas de leite”, dos afazeres domésticos e muitas vezes eram utilizadas para “satisfazer os desejos de seus senhores”. (SAFFIOTI, 1979).

As mais abastadas eram religiosas, dedicavam-se a trabalhos de bordado e obras de caridade, seguiam os preceitos religiosos, assumindo o lugar de boa mãe, dedicada em tempo integral e responsável pelo espaço privado, pelos filhos e principalmente pelo marido, ou seja, as determinações históricas do papel da mulher na sociedade foram as responsáveis por determinar condições ainda hoje observadas e que não foram superadas. (SAFFIOTI, 1979).

Direcionando-se o papel da mulher na sociedade brasileira, na obra de Saffioti (1979), discute-se sobre a posição da mesma no período escravocrata-senhorial, destacando as mulheres negras nesse período, que eram vistas como objetos sexuais e de exploração, que tinham seus corpos expostos para a comercialização. Percebe-se uma dualidade referente ao corpo da mulher negra, que ao mesmo tempo que se demonstrava invisibilizado, por vezes era valorizado (ultrassexualizado). E a literatura muito contribuiu para reafirmar essa ideia, citamos como exemplo o romance *Gabriela, Cravo e Canela: crônica de uma cidade do interior*, de Jorge Amado (1959).

Seu Nacib era para casar com moça distinta, toda nos "brinquês", calçando sapato, meia de seda, usando perfume. Moça donzela, sem vício de homem. Gabriela servia para cozinhar, a casa arrumar, a roupa lavar, com homem deitar. Não velho e feio, não por dinheiro, por gostar de deitar. (AMADO, 1959, p. 181 e 182).

Já as mulheres brancas, eram consideradas puras e propícias para a construção de uma família. Mesmo nessa situação, as mulheres brancas sempre foram colocadas em posição de subalternidade, por vezes as mais abastadas eram usadas como moeda de barganha¹¹. (MACHADO, 1965).

Elas eram “educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido”. (SAFFIOTI, 1979, p. 91).

¹¹ Barganha é a força de uma pessoa ou um grupo ao discutir preços, colocando pressão e exigências, por exemplo, maior qualidade em menor preço ou compras por lotes maiores para obter preços mais baixos.

A construção da sociedade brasileira e o lugar da mulher se fez através dos preceitos da Igreja Católica e de um arcaico sistema econômico e social, sendo assim, as mulheres foram submetidas a uma posição de inferioridade na sociedade que as atingiu distintamente.

Em relação aos direitos, às mulheres estavam tão destituídas destes quanto os homens e mulheres escravizadas. Poucas conseguiam o direito de herdar terras de sua família, logo a propriedade territorial era o único direito ao qual essas mulheres detinham, mas em sua maioria eram submetidas a autoridade do marido, quando casavam suas poses não eram mais suas, os homens ficavam responsáveis pela propriedade e por administrarem a herança de suas esposas.

No entanto, o século XIX foi responsável por mudanças sociais. Junto com o processo de urbanização brasileiro, as mulheres mais privilegiadas acessavam agora novos espaços, porém sempre destinados a igreja, as festas da alta sociedade e as obras de caridade, na mesma medida crescia a miséria e a prostituição, mulheres brancas e negras ainda não ocupavam os mesmos espaços. (SAFFIOTI, 1979).

Percebe-se que essa distinção entre gênero se mostra mais agressiva quando se discute raça e etnia, o papel da mulher branca e da mulher negra na sociedade brasileira sempre foram diferentes, enquanto as brancas ocupavam o ambiente familiar (as mais pobres ajudavam a família nas lavouras), as negras ocupavam trabalho pesado, precário e degradante, cuja condição prevalece nos dias atuais, uma vez que o trabalho feminino da mulher negra se dá em condições mais precárias que o da mulher branca¹². (FILLETI; GORAYEB; MELO, 2021).

Aqui é feito um salto no tempo, para a urbanização e industrialização que foram responsáveis por propiciar novas dimensões à vida feminina, apesar da educação doméstica que ainda se conservava na sociedade, a mulher passará a receber certa escolarização, obviamente muito diferente da ofertada para os homens.

A autora Saffioti (1979), descreve a posição social da mulher brasileira durante os períodos, e aqui se destaca, mesmo com as mudanças econômicas, sociais e culturais desde o Brasil colônia até a década de 90, se assemelham a posição desigual da mulher na sociedade de classes. Em destaque, nota-se a

¹² O trabalho doméstico mostra-se tipicamente feminino e negro, representando 93,2% e o trabalho doméstico sem carteira, representa 61,6% mulheres negras. Disponível em: <<https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/boletim-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho-1o-trimestre-de-2021/>>

presença religiosa que fortaleceu a modalidade de família patriarcal, seguida pela moralidade imposta pela igreja católica, designando-as à opressão e subalternidade de seus maridos.

Em relação à educação feminina, em 1826 é apresentada uma proposta referente à educação nacional. Pela primeira vez é concedido às mulheres a instrução do ensino primário, porém não era permitido o ingresso nos ensinos mais avançados, justificada tal decisão pela necessidade do universo materno. Contudo, Saffioti (1979, p. 105), rebate: “as mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons ou maus”.

Volta-se neste momento ao pensamento perpetuado nos dias de hoje, a mulher é vista como a única responsável pela educação dos filhos e pelo ambiente doméstico, sua ascensão na sociedade deve ser limitada, restringindo-as aos limites da família. A efervescência da sociedade pré Proclamação da República demonstrava a necessidade de mudanças sociais e políticas urgentes no país, as ideias liberais e o cientificismo crescente no mundo fazem com que as mulheres comecem a contestar as instruções que são destinadas a elas. (QUADROS, 2015).

Na tentativa de frear o crescimento dos ideais liberais e de manter a ordem social instaurada, a igreja católica contra-ataca, apoiando-se no pensamento conservador como forma de preservar os moldes da sociedade e da família patriarcal. É apenas com a Constituição Republicana, pautada na laicidade do Estado, que o país se “liberta” das amarras da Igreja Católica. (QUADROS, 2015).

Porém, as dificuldades da primeira república em implementar um sistema educacional homogêneo no país propiciaram ainda assim a atuação da Igreja Católica no ensino.

Ora, nestas condições de concorrência imperfeita em que a Igreja levava extraordinárias vantagens, a mulher, elemento heterônimo econômica, social e culturalmente, formaria os grandes contingentes discipulares dos colégios religiosos que, por não serem gratuitos, marginalizavam do processo educacional amplas camadas da população nacional, repercutindo, pois, seriamente, na instrução da população feminina. (SAFFIOTI, 1979, p. 118).

Não obstante em muitas escolas públicas os preceitos religiosos se faziam presentes, dessa forma, a laicidade do Estado ficava apenas na Constituição, ainda os preceitos religiosos permeavam o ensino e a sociedade brasileira, além disso o acesso à educação se fez de maneira desigual, criava-se um contingente de

estudiosos ligados a elite, às mulheres ligadas ao conhecimento limitado que era passado pelas instituições religiosas. (SAFFIOTI, 1979). Ainda hoje há forte presença da Igreja na sociedade brasileira, é inegável que a Igreja Católica não possui tanta influência como nas décadas passadas, mas houve grande ascensão das Igrejas Evangélicas que são por vezes detentoras dos meios de comunicação (como emissoras de televisão e rádio), que estão inseridas na política e fazem uso do slogan “Deus acima de tudo” para perpetuar suas ideologias. Esse avanço de ideias que se justificam por seguirem os “preceitos de Deus”, corroboram com o patriarcado e conseqüentemente reafirmam a desigualdade de gênero e as inúmeras formas de opressão¹³ existentes ainda na sociedade.

Na década de 1930 eram poucas as mulheres rompendo padrões e barreiras que adentravam o ensino superior no Brasil. O processo de urbanização foi responsável por propiciar a necessidade da escolarização do país, visto que havia necessidade de uma classe operária qualificada para os avanços que a economia brasileira vinha enfrentando, ainda assim era esperado essa qualificação por parte dos homens. (PEREIRA; FAVARO; SEMZEZEM, 2021).

Mesmo diante das novas posições sociais, ainda eram poucas as mulheres, mesmo com certa ascensão feminina na sociedade, o valor social ainda colocava-se como superior ao profissional, o casamento, as atividades domésticas, de cuidado aos filhos, aos idosos, enfermos e o pensamento religioso demonstraram ser fatores limitantes para a ascensão das mulheres no mercado de trabalho. (SAFFIOTI, 1979).

Esses fatores ainda são observados nos dias atuais, afinal a mulher além das obrigações com o trabalho remunerado e com sua educação é constantemente cobrada por sua vida familiar e por suas “obrigações” familiares. (PEREIRA; FAVARO; SEMZEZEM, 2021).

As mulheres passam a adentrar a esfera do trabalho remunerado com o avanço da sociedade capitalista, mas neste momento é relevante problematizar uma questão, que seria a manutenção do trabalho doméstico, o qual contribuiu significativamente no processo de evolução de produção capitalista, uma vez que as mesmas eram responsáveis pelo lar e com isso contribuíram para a reprodução da força de trabalho. (VASCONCELOS; FREITAS, 2018).

¹³ Aqui nos referimos ao machismo, capacitismo, racismo, xenofobia, LGBTfobia, ao movimento antiaborto, todas as formas de preconceito com a diversidade dos corpos e com as escolhas individuais dos sujeitos.

De acordo com Vasconcelos e Freitas (2018), foi através do trabalho doméstico não remunerado que elas conseqüentemente contribuíram para os avanços do capitalismo, mas mesmo assim o trabalho doméstico nunca foi atribuído como trabalho remunerado, a não valorização das tarefas domésticas também contribuiu significativamente para a feminização da pobreza.

Assim, concorda-se com Saffioti (1979, p. 129), quando ela se refere ao fato de que a força de trabalho masculina e feminina se distingue em razão do sexo, raça e etnia, ou seja, “o fator sexo um critério menos conveniente do que o fator raça para a conservação do domínio das camadas privilegiadas, constitui sempre um elemento pelo menos potencialmente discriminador e, portanto, estratificatório”.

Apesar dos avanços significativos referentes às mudanças sociais, no que diz respeito à evolução de certos pensamentos primitivos¹⁴, a estrutura de poder da sociedade costuma se adequar a esses movimentos na tentativa de manter o sistema, preservando o domínio das camadas mais privilegiadas. (VASCONCELOS; FREITAS, 2018).

Dessa forma, se reafirma padrões históricos e não vencidos na defesa de valores que permitam o equilíbrio e a docilidade das classes subalternas, impregnando de maneira “natural” princípios e valores que reafirmam o equilíbrio das relações sociais através das distâncias entre os gêneros, pautando-se na “instabilidade emocional feminina”, das diferenças físicas e até mesmo intelectuais, da desculpa da maternidade, colocando o trabalho feminino em uma posição desigual. (SAFFIOTI, 1979).

Uma sociedade baseada em contradições, uma vez que a maternidade é estimulada, mas em contrapartida não há uma proteção social por parte do estado, se torna um dificultador para as mulheres acessarem o espaço público, excluídas por um longo tempo do espaço de sociabilidade. (VASCONCELOS; FREITAS, 2018).

Assim como a maternidade é responsável muitas vezes por excluir essas mulheres do mercado de trabalho. “A desigualdade de gênero é constituída pelas sociedades que hierarquizam as diferenciações entre os sexos, de forma a se acreditar que a natureza produz seres humanos superiores e inferiores em razão do sexo [...]” (TAVARES *et al.*, 2011, p. 24).

¹⁴ Refere-se a uma mudança de pensamento de identidade de gênero, por parte de alguns setores da sociedade, da luta contra o racismo, sexismo, capacitismo e a LGBTfobia que ainda são presentes, mas que atualmente são debatidos.

A figura da mulher nesse sentido, é colocada não mais apenas no ambiente doméstico, como também no econômico, afinal a marginalização do trabalho feminino propicia ao modo de produção capitalista certa virtude, uma vez que as mulheres ganham menos beneficiando o acúmulo do capital e o crescimento econômico. (TAVARES *et al.*, 2011).

A mulher adentra o trabalho na posição e qualificação técnica, suprindo a necessidade do mercado em relação à mão de obra, mas pouco ocupa os espaços privilegiados, de decisão de poder, situações essas ainda presentes. A não participação das mulheres nesses espaços de decisão, principalmente na política, que é um espaço das macros decisões, reafirmam as condições de empobrecimento das mulheres. (PIRES, 2019).

Afinal o fato de as mulheres constituírem os grupos mais pobres, trata-se de uma condição histórica e estrutural enraizada na gênese da sociedade, pois a mulher foi inserida na dimensão privada, do trabalho doméstico e não remunerado, em paralelo ao ocupar esse espaço foram excluídas das outras dimensões da sociedade, como a renda, salário e participação na política, todos esses fatores conjuntamente foram responsáveis por produzir e reproduzir o empobrecimento das mulheres. (PIRES, 2019).

Essas desigualdades estruturais que acompanham as mulheres ao longo dos avanços societários são usadas para justificar as políticas públicas e ações formuladas pelos governos focalizadas nas mulheres pobres, na tentativa de amenizar os impactos da feminização da pobreza. (PIRES, 2019).

Todas essas estruturas históricas descritas até aqui, são importantes para compreender a função atual da mulher na sociedade brasileira e possivelmente no mundo, entender porque se chegou em 2022 com estruturas sociais parecidas com as descritas em períodos históricos tão diferentes e a influência desses fatores no que se considera compreender a feminização da pobreza.

2.2.A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E SUA INSERÇÃO NA AGENDA INTERNACIONAL

A partir da década de 1970, o processo de reestruturação do capitalismo se deparava com uma forte expansão e aprofundamento da questão social, todas as

mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorriam no mundo, assim como as consequências globais do pós-guerra e crises econômicas¹⁵. (MELO, 2017).

Neste período evidenciaram as mazelas do sistema capitalista, instituições internacionais começaram a discutir sobre a estrutura desse sistema e o aumento expressivo do número de pobres pelo mundo, observava-se principalmente uma pobreza que apresentava características femininas. (MELO, 2017).

Em 1995 o relatório do PNUD apresenta: a pobreza tem cara de mulher. As instituições internacionais começavam a demonstrar preocupação referente a crescente de mulheres no universo da pobreza, esse mesmo documento afirma que havia 1,3 bilhão de pessoas que viviam na pobreza, sendo que 70% eram mulheres e crianças¹⁶.

A pauperização se expressava mais diretamente sobre a vida das mulheres, o termo feminização da pobreza passa a ter visibilidade internacional. Essa crescente preocupação referente a pobreza no mundo é legítima, e mesmo que a pobreza seja necessária para a manutenção do sistema capitalista, pode-se gerar um descontentamento dos menos favorecidos, que são a maioria no mundo, propiciando um ambiente para possíveis revoluções. (SOUZA, 2013).

Apesar desse relatório trazer reflexões importantes sobre a pobreza e combate a mesma, nota-se que para os organismos internacionais, particularmente a ONU, quando se trata do pobre a melhor resposta é o trabalho, a exploração da mão-de-obra e o acompanhamento dessas famílias, articulado a benefícios sociais que devem ser direcionados aos que mais precisam. Não há proposições de enfrentamento estrutural à ordem capitalista, que pouco é discutida, deixando a entender que a “solução desse problema” é individual, ou seja, de responsabilidade dos sujeitos.

Este mesmo relatório ainda apresenta estratégias para que os países combatam a pobreza de modo rápido e politicamente sustentável, utilizando-se de dois elementos:

¹⁵ Refere-se a Grande Depressão em 1929. A crise de 29 ficou conhecida como a maior crise do capitalismo financeiro, o colapso econômico teve início nos Estados Unidos e se espalhou por todo o mundo capitalista.

¹⁶ Segundo Marcoux (1998) esta proporção é improvável, pois ela indicaria um desequilíbrio entre a população masculina e a feminina jamais observado em nenhum país ou região e assinala que a estrutura de idade dos pobres é similar à da população como um todo. Dez anos depois Tortosa (2009) considerou que esse dado é de difícil constatação empírica, havendo dúvidas quanto a veracidade dos dados. Apesar disto, essas informações foram usadas como base de muitos estudos e discussões acerca do tema.

Um deles é a utilização produtiva do bem de que os pobres mais dispõem - o trabalho. Para tanto, é preciso que as políticas de incentivos de mercado, de instituições políticas e sociais, de infraestrutura e de tecnologia se adaptem para o combate à pobreza. O outro elemento é a prestação de serviços sociais básicos aos pobres - em especial atendimento médico, planejamento familiar, nutrição e educação primária. (PNUD, 1990, p.3).

A partir do relatório do PNUD (1990), o termo feminização da pobreza passa a emergir constantemente nos debates internacionais, possibilitando discussões mais profundas. No mesmo ano, a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, reconheceu que os aspectos da pobreza estão diretamente ligados ao gênero, sendo necessário intervenções governamentais direcionadas a políticas de erradicação da pobreza, voltados em especial as mulheres. (VIOTTI, 1995).

Além de fatores de caráter econômico, contribuem também para a feminização da pobreza a rigidez das funções que a sociedade atribui por razões de gênero e o limitado acesso da mulher ao poder, à educação, à capacitação e aos recursos produtivos, assim como novos fatores que ocasionam insegurança para as famílias. A falta de uma incorporação adequada da perspectiva de gênero a todas as análises econômicas e à planificação econômica, bem como de solução para as causas estruturais da pobreza, são dois fatores adicionais que contribuem para o empobrecimento das mulheres (BEIJING *apud* VIOTTI, 1995, p. 164).

Desde 1995 o PNUD em seus relatórios anuais, utiliza índices que indicam a participação feminina na economia e na política, o índice de potencialização de gênero é comparado com o índice de desenvolvimento humano, que visa compreender a dimensão do gênero nos processos de empobrecimento¹⁷.

São essas conferências e intensos debates que fazem emergir o termo feminização da pobreza, em 1997 o PNUD argumentava que se a dimensão do gênero não é introduzida nos debates internacionais o próprio desenvolvimento está em perigo. Dessa forma, percebe-se que a década de 1990 foi relativamente importante para colocar em evidência o fenômeno da feminização da pobreza, mas como surgiu o termo feminização da pobreza para descrever a pauperização feminina?

A feminização da pobreza se apresenta como um fenômeno contemporâneo, contudo há muito tempo essa temática é discutida por pesquisadores. Segundo

¹⁷ O PNUD declara que, o Índice de Potenciação de Gênero (IPG), "[...] visa medir a desigualdade de gênero nas principais áreas de participação e tomada de decisões econômicas e políticas" (PNUD, 1997, p. 85). Veja: PNUD (1997) Informe de Desarrollo Humano, México: PNUD. Este índice foi criado para contabilizar esses elementos no nível do país. Isso pode esconder realidades de outros espaços em uma dimensão subnacional e impactar na concepção e implementação de políticas que visam responder às realidades contextuais e situadas. Além disso, o índice não inclui elementos qualitativos e subjetivos que possam enriquecer e aprofundar as análises.

análises bibliográficas este conceito foi primeiramente desenvolvido em 1970 pela norte-americana Diane Pearce¹⁸ e publicado na Revista *Mudança Urbana e Social* com o seguinte título: *Feminização da Pobreza*, seguido do subtítulo “mulher, trabalho e assistência social”. (NOVELLINO, 2004).

Pearce caracteriza a feminização da pobreza conjuntamente com a ausência de uma figura masculina provedora, apesar de existirem mulheres pobres em famílias que são chefiadas por homens, ainda assim a autora retrata que as famílias chefiadas por mulheres sofrem mais com a pobreza¹⁹.

Outro ponto abordado em seu artigo é que as mulheres são pobres pelo fato de que são mulheres e que suas situações financeiras seriam diferentes se encontrassem parceiros, a autora por vez entende que feminização da pobreza é sim uma consequência direta da posição que a mulher sempre ocupou na sociedade patriarcal²⁰, sendo as desigualdades entre os gêneros fatores que organizam a divisão social do trabalho e a distribuição do poder.

Apesar do debate sobre a perspectiva de gênero na incidência da pobreza ter ganhado destaque, os índices econômicos muito foram utilizados como forma de mensurar a pobreza no mundo, sendo a renda familiar um dos métodos mais utilizados, um indicador quantitativo que não leva em consideração as dimensões estruturais da sociedade.

Em vista disso concorda-se com Gonçalves (2010), ao afirmar que na sociedade a igualdade é construída socialmente se diferenciando conforme os modelos societários adotados. Dessa forma, os valores atribuídos às relações sociais e a distribuição dos recursos cabíveis à estruturação da vida social se diferem. Essa diferença reflete diretamente na forma como a pobreza e as relações de gênero são tratadas. No entanto, qual o debate dos autores mais atuais sobre esse fenômeno?

Assim como Pearce alguns demais estudiosos como Northrop (1990), Pressman (1988) e Peterson (1987) caracterizam o fenômeno da feminização da

¹⁸ Diretora do Center for Women's Welfare e professora da UW School of Social Work, ela também se dedica a estudar as diferentes formas com que a desigualdade econômica afeta mulheres. Disponível em: <https://socialwork.uw.edu/faculty/diana-pearce>

¹⁹ Não se encontrou o artigo original de Diane Pearce, dessa forma utilizou-se como base o artigo NOVELLINO, Maria Salet Ferreira, os estudos sobre feminização da Pobreza e Políticas Públicas para mulheres, 2004.

²⁰ Saffioti (2004) considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são hierárquicas, conseqüentemente desiguais. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina e a posição desigual das mulheres na sociedade, logo o gênero feminino é submetido a ideia de inferior.

pobreza e o associam a não presença de um provedor masculino no ambiente familiar. O IPEA em seu estudo intitulado A “face feminina da pobreza: sobre representação e feminização da pobreza no Brasil” (2005), analisou o período de 1983-2003, como forma de avaliar se houve feminização da pobreza no país, utilizando-se do método mais tradicional para elaboração desta pesquisa, fizeram uso de indicadores de insuficiência de renda para elaborar o estudo, chegando à conclusão que não há qualquer indício sobre esse fenômeno.

Esse mesmo estudo afirma que é possível observar que há aumento na feminização da pobreza, “um aumento absoluto ou relativo nos indicadores de pobreza para mulheres e para pessoas em famílias chefiadas por mulheres sem cônjuges²¹” (2005, p.36). Apesar deste estudo concluir que não é possível afirmar que as mulheres são as mais pobres, é inegável que a pauperização as atinge de maneira desigual.

Muitos autores dedicaram-se a explicar o fenômeno da pobreza por essa perspectiva, como Barros *et al.*, (1997), que analisou domicílios urbanos brasileiros chefiados por mulheres e chegou à conclusão que esses domicílios estavam entre os mais pobres e que seus filhos apresentavam a pior condição, contudo os autores atribuíram a desigualdade de renda como fator para tal condição.

Stallard *et al.*, (1983:51) *apud* Gimenez (1999:338-339) por sua vez caracterizam esse fenômeno como resultado do trabalho não remunerado das mulheres em seus domicílios e a baixa remuneração que recebem, outro ponto que discutem as autoras é o aumento das taxas de divórcio e no número de mães solteiras, fatores que segundo estas são responsáveis por acentuar a pobreza feminina.

Alguns indicadores utilizados para mensurar a pobreza no mundo, na maioria desses relatórios²² são de origem quantitativa, como por exemplo a renda da família, o acesso aos bens de consumo, moradia, acesso à educação e outros. No que tange mensurar a pobreza, acreditamos que fatores muito mais profundos deveriam ser usados como critérios, principalmente no que diz respeito à pobreza feminina, visto que as mulheres historicamente foram e ainda são desvalorizadas e sua função dentro

²¹ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica aplicada. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4726

²² Relatórios da PNUD 1995 e 2021 fizeram uso de dados quantitativos para mensurar os índices de pobreza no mundo, no Brasil o IPEA e o IBGE costumam utilizar esses mesmos dados.

da sociedade, assim como sua inserção na esfera do trabalho no capitalismo, se fez de maneira desigual.

Dessa forma, se a pobreza é estruturante e têm cor, raça e gênero, precisamos mensurar esses dados por outra perspectiva e não somente por números. Por defender que a feminização da pobreza é um fenômeno atemporal, que assume características distintas que dependem da cultura e das relações sociais existentes dentro das sociedades, mas que tem como alicerce raízes profundas e estruturais da sociedade capitalista, busca-se revisar nas bibliografias já existentes autores que estudam esse fenômeno pela perspectiva de gênero, que neste trabalho é a que se defende para explicar a feminização da pobreza.

A perspectiva de gênero²³ que passou a ser introduzida nas análises da pobreza ocasionou um debate mais complexo e multidimensional para explicar as desigualdades desse fenômeno propiciadas pela categoria gênero. Segundo Mateo (2000) não se trata de ver que as mulheres são pobres (ou mais pobres do que os homens), mas que a pobreza é condicionada pelo gênero e esse condicionamento está na base da dinâmica social e familiar que expõe as mulheres a situações de clara desvantagem. Autores como Pérez Orozco (2003), Chant (2006) e Tortosa (2009), assim como tantos outros, direcionam seus estudos sobre essa temática, na tentativa de explicar esse fenômeno.

Pérez Orozco (2003) em sua obra analisa duas categorias para interpretar o termo feminização da pobreza, sendo uma fundamentalmente descritiva no qual se refere a situação das mulheres que estiveram condicionadas ao universo da pobreza por um maior e determinado período de tempo, já a segunda é analítica e evidencia a categoria de gênero como responsável por diferenciar a pobreza feminina da masculina. A autora chega à conclusão que independentemente da configuração familiar (famílias monoparentais, famílias monoparentais femininas ou famílias compostas por mulheres solteiras), é o sistema o maior causador da feminização da pobreza.

²³ Conforme define Isabel Jaramillo (2000), sexo é a palavra geralmente usada para fazer alusão às diferenças biológicas relacionadas com a reprodução e outros traços físicos e fisiológicos entre os seres humanos. O sexo, como parâmetro para criar categorias, distingue entre homens e mulheres ou, entre machos e fêmeas da espécie humana. Gênero, pelo contrário, se refere às características que socialmente se atribuem às pessoas de um e outro sexo. Nesse trabalho usamos a expressão sexo e gênero de maneira mais ampla, não nos aprofundamos nessa discussão.

Uma vez que sua preocupação é a geração de rendimentos e não de satisfazer as necessidades sociais, esse sistema que distingue os gêneros que se alimentam da desvalorização do trabalho não remunerado e é responsável por originar a situação de pobreza feminina. Perez conclui sua obra afirmando:

La solución a la pobreza no puede provenir, por tanto, de mejorar la inserción de determinados colectivos —entre ellos, las mujeres- en el mercado laboral, sino de un cambio profundo de las estructuras básicas de funcionamiento del actual sistema socioeconómico, entre las que están integradas las relaciones de poder patriarcales²⁴. (PEREZ, 2003, p. 15).

Chant (2006), por sua vez considera que o termo feminização é aplicado de maneira equivocada, uma vez que utiliza-se de fatores como a renda para caracterizar esse fenômeno, em sua obra usa o termo “*feminización de la responsabilidad*”²⁵, referindo-se que as mulheres estão assumindo a responsabilidade no que condiz o combate à pobreza.

Sobretudo faz-se necessário discutir esse fenômeno de maneira mais ampla, evidenciando não apenas as condições materiais como os múltiplos processos discriminatórios que definem as condições de trabalho e de vida dos homens e das mulheres, pontuando que a hierarquização de gênero atua diretamente na produção e reprodução da pobreza, enfatizando o caráter social desse processo.

Tortosa (2009), discute mais profundamente em sua obra, a feminização da pobreza, usando dos índices mais utilizados para demonstrar a vulnerabilidade da mulher e sua condição de pobreza, fazendo uma crítica às construções sociais que rotulam as pessoas.

O autor classifica sexo, raça, classe e idade como fatores que se combinam entre si e se somados na perspectiva de gênero constroem um índice de vulnerabilidade muito maior “*Al fin y al cabo, la feminización de la pobreza no es de las mujeres en general, sino de las mujeres en específicas situaciones de vulnerabilidad adicional*” (2009, p. 86)²⁶.

Ambos os autores aqui analisados trazem críticas ao modo societário e a forma como a sociedade foi construída de modo que as mulheres foram e ainda são

²⁴ “A solução para a pobreza não pode, portanto, vir de melhorar a inclusão de certos grupos no mercado de trabalho - O principal desafio não é apenas criar novos empregos, inclusive para as mulheres, no mercado de trabalho, mas também uma mudança profunda nas estruturas básicas do atual sistema socioeconómico, entre as quais as relações de poder patriarcal estão incorporadas”.

²⁵ “feminização da responsabilidade”.

²⁶ Afinal, a feminização da pobreza não tem a ver com as mulheres em geral, mas com as mulheres em situações específicas de vulnerabilidade adicional.

excluídas a tal ponto que a pobreza que incide mais diretamente sobre elas é naturalizada, mesmo com o avanço das discussões sobre gênero, ainda presenciamos uma desigualdade que não foi e não é superada.

A divisão de gênero responde por designar na sociedade funções específicas que são destinadas aos homens e as mulheres, a elas coube o espaço privado, as funções do lar, da família, designadas a um trabalho que não é definido como tal, sem valor e invisível, enquanto o homem, produtivo, provedor, ficou destinado ao trabalho remunerado e valorizado.

Independente da forma usada para mensurar a pobreza, ainda assim, os espaços definidos pelo gênero que estão enraizados na sociedade de classes são responsáveis por colocar a mulher em cativeiro²⁷. No entanto, apesar de toda a bibliografia analisada até aqui, apresentar divergências sobre o fenômeno da feminização da pobreza, ambas concordam que é inegável a crescente do número de pobres no mundo e que independentemente dos aspectos analisados, a pobreza incide diretamente sobre a vida das mulheres.

Como já mencionado o PNUD (1990) em seu relatório já caracteriza esse aumento da pauperização feminina e também retrata formas possíveis para os países lidarem com ela, sendo assim, agora será traçado um panorama da realidade brasileira, compreendendo a década de 1990 para esboçar a forma como o Brasil tem enfrentado esse fenômeno.

3.EXPRESSÕES ATUAIS DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Aqui apresentaremos como a incidência da pobreza sobre a mulher é enfrentada pelo Estado no Brasil, especialmente ao nos debruçarmos sobre duas expressões centrais: sua interface com a política de assistência social e suas características atuais.

Apesar dos avanços, no que tange os direitos sociais brasileiros, com a Constituição Federal de 1988, é inegável que os processos econômicos enfrentados

²⁷ Lagarde refere-se ao cativeiro como uma síntese do fato cultural que define a posição das mulheres no mundo patriarcal e na sociedade capitalista. A autora considera que o cativeiro define politicamente as mulheres em sua relação com o poder e enfatiza que a elas têm sido, historicamente, privadas da possibilidade de escolher e decidir sobre suas próprias vidas, condicionadas a exigências de uma sociedade dividida em classes, que faz uso de ideais implantados para deixá-las em condição de subalternidade, logo excluídas do mundo e dos espaços de decisão.

pelas constantes crises do Capital Internacional impactam diretamente na garantia desses direitos. O avanço do neoliberalismo²⁸ e conseqüentemente sua evolução na sociedade brasileira é responsável pela perda constante desses direitos que em sua maioria sempre foram positivados pelo Estado, mas nunca efetivados.

Dessa forma, é impossível deslocar a pauperização feminina das medidas tomadas pelo Estado ao longo dos anos, como forma de amenizar essa crescente pobreza. Tais ações que demonstram ser fragmentadas ficaram esquecidas pelo poder público, a complexidade das relações sociais e as mudanças constantes não foram consideradas na política de assistência social, esta que continua, de certa forma estagnada²⁹. Por isso, na primeira parte deste capítulo abordamos brevemente a construção da política de assistência social no Brasil e sua interface com o gênero feminino, relacionando-o com a segunda seção, no qual descrevemos os desdobramentos das ações governamentais no contexto atual e conseqüentemente na vida das mulheres.

As mudanças estruturais, econômicas e políticas da sociedade brasileira (e não apenas dela), impactam diretamente na vida e na subsistência da classe trabalhadora, o atual contexto de pré e pós-pandemia não podem ser desconsiderados neste trabalho, assim como os constantes ataques de um Governo opressor e conservador em todos os aspectos da vida da classe trabalhadora.

Dessa forma adentramos a realidade brasileira e a vida da mulher brasileira, sua condição de pauperização, de isolamento e sua invisibilidade no que se refere a sua posição atual na sociedade.

3.1. GÊNERO E SUA INTERFACE COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA

²⁸ Segundo a abordagem estrutural marxista, o neoliberalismo é definido como estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente, marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970. O neoliberalismo se caracteriza por uma ordem social em que uma nova disciplina é imposta ao trabalho e novos critérios gerenciais são estabelecidos, servindo-se de instrumentos como o livre comércio e a livre mobilidade de capital (Andrade apud Duménil & Lévy, 2014, p. 11 e 43).

²⁹ Usa-se aqui o termo estagnada por considerar que a política de assistência que foi efetivada em 2004 através da PNAS, não foi se reformulando com as mudanças estruturais da sociedade capitalista. Dessa forma optou-se por apresentá-la antes do contexto atual, compreendendo que essa política ao longo dos anos não foi repensada levando em conta as dinâmicas da sociedade, as crises econômicas, políticas e até mesmo sanitárias.

As transformações sociais, econômicas e até mesmo culturais derivadas do modo de produção capitalista são eixos centrais da exacerbação da pobreza e conseqüentemente do aumento das reivindicações da classe trabalhadora por mais direitos, que passaram a exigir do Estado medidas de combate às manifestações das expressões da questão social.

Segundo Netto (2001, p. 42) a chamada expressão da questão social surge a partir da separação positivista, no pensamento conservador que dissocia o econômico do social, logo o problema social não possui fundamento estrutural, deste modo sua solução não passaria pelas transformações do sistema capitalista. A “decadência ideológica da burguesia³⁰” é o estopim para se pensar a questão social e todas as suas manifestações como questões isoladas, fenômenos naturais que são produzidos pelo comportamento humano e individual dos sujeitos, dessa forma as manifestações da pobreza e miséria não são resultados da exploração econômica.

A pobreza e miséria passam a ser vinculadas a três fatores: déficit educativo, um problema de planejamento e por fim, problemas de ordem moral- comportamental. Abrindo espaço para o pensamento da cultura da pobreza³¹, muito perpetuado ainda nos dias de hoje. Ressaltamos que essa concepção de pobreza é a empregada tipicamente na Europa do século XVI - XIX, período em que já se esboçava uma culpabilização dos sujeitos que se encontravam em condições degradantes, utilizou-se de saída para resolver “esse problema” as ações filantrópicas, que ficaram conhecidas a partir da Poor Law³².

No segundo pós-Guerra há uma expansão no capitalismo internacional, logo a expansão produtiva passa a ser permeada pela organização e lutas dos

³⁰ A luta de classe, diz Marx, significou “o dobre de finados da ciência econômica burguesa”. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial”; “a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética” (Marx, 1980, p. 11; também citado por Lukács, 1992, p. 110). Nessa esteira, para Lukács, perante as revoltas proletárias, “agora também fogem os ideólogos da burguesia, preferindo inventar os mais vulgares e insípidos misticismos a encarar de frente a luta de classes entre burguesia e proletariado, a compreender cientificamente as causas e a essência desta luta” (Lukács, 1992, p. 112).

³¹ Onde a pobreza e as condições de vida do pobre são tidas como produto e responsabilidade dos limites culturais de cada indivíduo. Essa ideia sobre pobreza também incidiu no início da profissão do Assistente Social, que começou sua intervenção na sociedade guiando-se por essa ideia de pobreza ligada a um “desajustamento” dos indivíduos e das famílias, a lógica estabelecida era a normalização, a regulação e moralização da vida dos sujeitos.

³²Na Inglaterra, promulga-se a Lei dos Pobres (Poor Law), em 1601, que “instituiu um aparato oficial, centrado nas paróquias, destinado a amparar trabalhadores pobres, sob o auspício da taxa dos pobres” (cf. Duayer e Medeiros, 2003, p. 241; também Martinelli, 1991, p. 33 e 55). Isto é, durante os dois séculos de vigência dessa legislação, a Inglaterra cuidou do pauperismo através da ‘beneficência’ pelo caminho burocrático” (Duayer e Medeiros, *ibidem*).

trabalhadores, dessa forma o Capital percebe a necessidade de implementar novas estratégias para manter sua hegemonia.

Como forma de garantir a continuidade do sistema, combatendo as mazelas do capitalismo, o Estado assume funções de inibição-institucionalização dos conflitos sociais, na tentativa de frear as reivindicações da classe trabalhadora e mantê-la sob controle, o Estado passa a intervir diretamente na pobreza através da criação de políticas sociais voltadas aos mais pobres.

Nesse momento a questão social deixa de ser um problema individual dos sujeitos³³, agora é vista como consequência do desenvolvimento social e econômico derivadas da insuficiência do modo de produção. Netto (1992), por sua vez, caracteriza a questão social de outra forma:

Assim, a “questão social” passa de ser um “caso de polícia” para a esfera da política (de uma “política” reduzida à gestão administrativa dos “problemas sociais” e seu enfrentamento institucional), passa a ser tratada de forma segmentada, mas sistemática, mediante as políticas sociais estatais (cf. Netto, 1992).

Entretanto, no Brasil a área social desde o período colonial se desenvolveu por meio de ações fragmentadas de cunho filantrópico, através das irmandades religiosas, das sociedades de auxílio mútuo e das Santas Casas de Misericórdia e continuou assim durante um longo período.

É apenas na década de 1930, segundo Freitas (2005), que as mudanças econômicas e a mudança do modelo agrário exportador para o urbano industrial que possibilitaram o esboço e desenvolvimento das primeiras políticas sociais no Brasil. Em 1938 foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social que se caracterizou pela manipulação de verbas e subvenções como mecanismo de clientelismo, foi um marco na preocupação do Estado em relação a centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas.

Entre 1943 e 1964, ocorreu uma expansão fragmentada e seletiva da intervenção social do Estado. Nesse período foi criado a Legião Brasileira de Assistência (1942), com o objetivo de prover as necessidades das famílias cujos responsáveis (homens), haviam sido enviados a guerra, financiada pelo Governo, a LBA era administrada pela então primeira-dama Darcy Vargas e demonstrou-se ser

³³ Apesar da mudança de pensamento nesse período, o avanço do pensamento conservador e neoliberal no mundo global, principalmente no Brasil, trouxe à tona ideias e ideologias perversas que individualizam a pobreza e culpabilizam os sujeitos pela condição de vulnerabilidade que se encontram.

um poderoso meio de assistência com cunho de clientelismo político. A década de 1940 foi um marco no que diz respeito a criação de diversos projetos/programas direcionados a política social³⁴, mas infelizmente a história da política social brasileira foi/é usada como moeda de barganha política, com viés de caridade, não sendo reconhecida como uma política de direito ainda nos dias atuais.

Na década de 1970, o sistema de proteção social se desenvolve e se expande, porém, é importante ressaltar que nesse período o país ainda estava sob controle ditatorial, a população não participava dos processos decisórios, greves, manifestações e qualquer mobilização eram duramente reprimidas pelos Governos, os programas sociais surgiram como forma de minimizar os impactos do sistema autoritário, assumindo a função de reprodução da força de trabalho, assim como legitimava o regime de exceção.

É a CF/1988 que possibilita a expressiva participação e intervenção social do Estado na sociedade, agora as ações que antes eram submetidas ao espaço privado passam a ser de responsabilidade total do Estado, logo a assistência começa a ser garantida como política pública.

Sendo guiada pelos princípios da universalidade, descentralização e da participação social, já é possível observar no parágrafo 4º, artigo 226 da constituição, o reconhecimento de que a "família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado". Evidenciava-se desde então a centralidade que o debate sobre a família viria a ocupar na condução da proteção social e não apenas a família, a mulher, uma vez que a mesma é colocada socialmente como responsável pelo bem-estar da família.

Essa centralidade dialoga com os debates que permeavam o mundo em relação ao aumento da pobreza e, conseqüentemente, a pobreza da mulher, como mencionado no relatório do PNUD (1990, p.15), que afirmava "certos grupos sofrem de modo mais acentuado o ônus da pobreza, as mulheres costumam ser mais prejudicadas", com a necessidade de formular políticas que atendam às necessidades dos mais pobres.

O Brasil guia-se então pelas normativas internacionais na tentativa de diminuir a pobreza, dessa forma, coloca educação, saúde, assistência e previdência como direitos básicos a serem usufruídos, o mesmo documento ressalta a importância de

³⁴ Foi na década de 40 que também foi criado o programa Senai, Sesi e a Fundação Leão XIII. Esse período ficou marcado pela ascensão dos profissionais de Serviço Social, que foram convocados a participarem e intervirem nas expressões da questão social.

estratégias e programas de transferência de renda, que alinhados a outros direitos são capazes de diminuir a condição do pobre e favorecer o crescimento econômico dos países.

Contudo, consolidar os direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988 não demonstrava ser tarefa fácil, dessa forma em 1993 foi criada a Lei Orgânica de Assistência Social, definindo bases legais para a efetivação dos direitos, reafirmando valores: “a assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice” (BRASIL, 1993, p. 6).

No entanto, apenas em 2004 é criada a Política Nacional de Assistência Social, efetivando a política pública da Assistência como dever do Estado e direito de todo aquele cidadão que dela necessitar. Sendo assim é no ano de 2005 que é criado o Sistema Único da Assistência Social, com o compromisso de romper com a lógica do tradicional assistencialismo baseado na caridade e nas fundações filantrópicas, ambas as normativas foram responsáveis por impactar diretamente nos rumos da política de assistência no país.

Entre as diretrizes estruturantes que estabelecem a PNAS (BRASIL, 2004) e o SUAS, encontra-se a matricialidade sociofamiliar, objetivando a centralidade da família enquanto protagonista de suas próprias demandas sociais, assim como segundo o Sistema Único da Assistência Social, são seguranças afiançadas a renda e o apoio e auxílio³⁵, é seguindo essa lógica que os governos tem dado foco aos programas de transferência de renda.

De outro lado, já em 1991 nascia o primeiro projeto de lei pautado na distribuição/ redistribuição de renda, idealizada pelo então senador Eduardo Suplicy (PT/SP), sendo encaminhado o Projeto de Lei ao Senado nº 80, que instituía um Programa de Garantia de Renda Mínima³⁶. Em 1995 é criado o programa PGRFM que tinha caráter complementar e seu foco principal era a família, destinado a famílias de baixa renda. (SUPLICY; BUARQUE, 1997).

A partir de então, vários programas começaram a serem criados e implementados no país, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1996) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), no mesmo ano. No ano de 1997 foi

³⁵ Art. 4º São seguranças afiançadas pelo SUAS: I - acolhida; II - renda; III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social; V - apoio e auxílio.

³⁶ Este projeto tinha como objetivo garantir a transferência de uma renda mínima a todos os cidadãos com mais de 25 anos que tivessem seus rendimentos dentro de uma faixa de renda pré-estabelecida. A proposta também tinha como previsão, inicialmente a substituição das entidades de política social

instituído o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), sendo no ano seguinte regulamentado e em 1999 iniciado sua implementação como Bolsa Escola (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007).

A década de 1990 consolidou uma importante preocupação e participação do Estado em diminuir os índices de pobreza no país. No entanto, com as ofensivas neoliberais que exigiam a diminuição dos gastos com os setores sociais, essa conjuntura propiciou a formulação de políticas sociais fragmentadas, focalizadas e de transferência de renda.

Retornando ao contexto familiar na política de assistência, a família ocupa lugar central na condução da proteção social, sendo a família foco direto da atuação da política de assistência, torna-se evidente os papéis de gênero historicamente destinados às mulheres.

Segundo Freitas *et al.*, (2010, p. 30-31) o contato da família para com a sociedade e com o Estado continua acontecendo em grande parte por meio da figura materna. As políticas sociais dirigidas a esse público tomam como pressuposto a presença de alguém em casa para cuidar de seus membros, e esse lugar é naturalmente identificado como das mulheres, que surgem enquanto agentes de reprodução social, administradoras de conflitos e mediadoras das expressões da questão social.

Neste momento é relevante chamar a atenção em especial ao Programa de Transferência de Renda. Como já mencionado, a década de 1990 foi responsável por esboçar além da preocupação do Estado sobre os altos índices de pobreza, algumas tentativas de programas de transferência de renda que possibilitassem uma transferência monetária a certos grupos da sociedade.

Sendo assim, em janeiro de 2004, através da Lei nº 10836/04³⁷ e regulamentado o Decreto nº. 5.209 é instituído o Programa Bolsa Família no país, que foi responsável por amenizar a condição de pobreza de muitas famílias. Sobre esse programa, o interesse nesse momento é apresentar a problemática que é a participação da figura feminina neste programa.

Se as mulheres passaram a ser foco de preocupação do aumento da pauperização, sendo colocadas como um grupo que mais é afetado pelas condições objetivas de vida, serão elas as mais beneficiadas com a criação desse programa? E,

³⁷ Antiga lei da Bolsa família - Lei nº 10836/04. Atualmente foi revogada por completo.

o programa de transferência de renda tem como objetivo então a autonomia financeira dessas mulheres, possibilitando crescimento individual e oportunidades ou simplesmente reafirma os papéis de gênero enraizados na sociedade?

De acordo com Duque-Arazola (2010), a feminização da pobreza está historicamente atrelada ao modo de produção capitalista, as transformações societárias, só serviram para materializar o aumento da pobreza afetando diretamente as mulheres da classe trabalhadora.

Sendo assim, o foco na família e conseqüentemente na mulher na política de assistência nasce da hierarquização social em que as mulheres estão condicionadas, afinal elas são colocadas como sujeito fundamental no controle dos espaços domésticos e socioeducativos.

Em relação às políticas de renda mínima, observa-se que as mulheres são partícipes, “sujeito”, dos programas sociais a exemplo do Programa de Saúde da Família, do Emprego e Renda, dentre outros. Entretanto, tais programas fazem uso da capacidade de trabalho das mulheres, de seus saberes e competências de gênero aprendidos e desenvolvidos no ambiente familiar desde sua mais tenra idade, quando começam a assumir obrigações com as tarefas domésticas do cuidado, da reprodução da vida dos membros da família e da gestão do orçamento doméstico (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 242).

Conforme Sousa (2013), programas de transferência de renda reafirmam os ideais de gênero, uma vez que se observa a centralidade da mulher como principal tutora do benefício, a autora pontua que existe uma preocupação quanto a gerência desses benefícios.

Por conseqüência, o mesmo prefere que a mulher seja a responsável já que acredita-se que as mesmas farão uso do benefício em favor da melhoria das condições de vida da família, enfatizando que: “esses programas partem do pressuposto que o foco central das preocupações das mulheres continuam sendo a casa, a maternidade, a família e a sobrevivência” (SOUSA, 2013, p.5).

As autoras Lena Lavinas, Barbara Cobo e Alinne Veiga (2010, p. 2), analisaram diversos programas de transferência de renda na América Latina e chegaram à conclusão de que os programas possuem características em comum, sendo uma delas: as mulheres como beneficiárias do programa.

Silva e Mariano (2013) questionam a participação das mulheres nesses programas, pontuando que a presença das mulheres reafirma os papéis de gênero e as afastam do mercado de trabalho formal, visto que elas são responsáveis por responderem às condicionalidades exigidas. Dessa forma, programas que tem por

objetivo materializar os direitos sociais, contraditoriamente ao centralizarem a família como foco de ação, acabam por reforçar historicamente os papéis de gênero, responsabilizando especialmente as mulheres.

Posto isto, observa-se que a feminização da pobreza é reafirmada no contexto do SUAS, uma vez que os programas de transferência de renda ao colocarem como foco central a mulher na titularidade do benefício reforçam os tradicionais papéis concedidos às mulheres, já os homens ficam de fora dessas ações.

Além disso, estes mesmos paradigmas que sustentam o foco das políticas nas mulheres e crianças, não inserem o homem nesta perspectiva. Essa invisibilidade masculina demonstra que, pelo menos no que tange às políticas assistenciais, há uma clara demarcação que enfoca o papel feminino. [...] Podemos dizer que em vez de um olhar de gênero sobre as políticas, o que assistimos é um olhar generificado atuando sobre as políticas ao definir o que é “coisa” de mulher ou do homem – o que pode ter impactos também no próprio valor do benefício – será por isso que ele é tão baixo? (FREITAS *et al.*, 2012, p. 117).

Essa condição se reafirma principalmente com a Lei nº 13.014/2014³⁸, que determina que os repasses dos benefícios em pecúnia da Assistência Social sejam feitos preferencialmente às mulheres, existe uma dualidade, no que tange essa decisão, além de representar ser uma demonstração da responsabilização da mulher.

Por conseguinte, reafirma a ideia de que por serem mulheres fazem um uso melhor dos recursos, na medida em que há uma pressuposição de que sua preocupação é o bem-estar da família, utilizando esse benefício em “coisas úteis” que supram as necessidades básicas e impõem que o cumprimento das condicionalidades seja efetivado mediante a participação das mesmas nos programas³⁹.

Concorda-se com Cisne (2007) quando a mesma se refere ao fato de que a feminização do público alvo da política de assistência não busca apenas lidar com a condição de pobreza das mulheres, mas está estritamente relacionado à reprodução social.

Atualmente essa responsabilização adquire novos contornos e se apresenta, no campo da aparência, como um reconhecimento político da mulher sob o pseudo discurso do empoderamento feminino e da igualdade de gênero, quando na verdade, há uma instrumentalização da mulher para otimização

³⁸ Lei nº 13.014, de 21 de Julho de 2014. Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar.

³⁹ Aqui a autora se refere a responsabilização das mulheres no que tange à evasão escolar, são as figuras convocadas para participação em reuniões do PAIF, como também de manter a vacinação das crianças em dia e cumprir as exigências impostas pelo Governo.

dos poucos recursos governamentais nos programas sociais. (CISNE, 2007, p. 8).

A possibilidade de administrar esse recurso é entendida muitas vezes como uma forma de “empoderamento” dessas mulheres pobres, que contribui para a igualdade de gênero, ainda assim, essas ações por parte do Estado se trata de uma política familista, que tem como foco a família e não a questão da mulher, o valor desses programas de transferência de renda mostram-se direcionados às famílias e pouco contribuem para a autonomia financeira das mulheres.

Aqui considera-se que essa autonomia é limitada, uma vez que o uso dos recursos sempre é destinado a bens de consumo básico, muito provável essa seja a intenção do Estado, nesse sentido a autonomia das mulheres torna-se relativa, já que se trata de uma tímida mudança socioeconômica que não leva em consideração a construção social das mulheres na sociedade e pouco contribui para a inserção da mulher na esfera do trabalho remunerado.

Uma vez que, para que isso ocorra é necessário que existam os meios essenciais para isso, como vagas em creches, melhores oportunidade de escolarização, qualificação e formação, igualdade na divisão das tarefas domésticas e principalmente uma mudança social e cultural no que tange os papéis que foram/são socialmente destinados às mulheres, que sejam reconhecidas enquanto cidadãs e não apenas como mulher/mãe.

No Brasil, as políticas públicas destinadas às mulheres não podem ser consideradas políticas de gênero, uma vez que se destinam a sobrevivência das mulheres pobres e de seus filhos, muitas vezes com caráter assistencialista, voltam-se para a família e assumem a maternidade e os papéis históricos da mulher como foco das ações.

Citamos como exemplo o município de Florianópolis, localizado no Estado de Santa Catarina, local em que a proteção social básica dispõe o benefício eventual natalidade⁴⁰ que é concedido em forma de pecúnia, em parcela única no valor de R\$ 1.111,03. É muito provável que esse dinheiro seja usado como forma de reduzir possíveis situações de vulnerabilidade que o nascimento do bebê trouxe para a mãe e/ou família. Segundo uma pesquisa do Dieese⁴¹, Florianópolis tem a cesta básica

⁴⁰ Ler em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=7205>>.

⁴¹ Florianópolis é a cesta básica mais cara entre as capitais. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/11/09/florianopolis-tem-cesta-basica-mais-cara-entre-as-capitais-do-pais-valor-esta-acima-de-r-700.ghtml>>.

mais cara do país (2021), assim como as condições de moradia são difíceis dentro da capital catarinense, mesmo essa situação sendo explícita, ainda assim são inexistentes programas e benefícios que colaborem com a autonomia feminina e que propiciem às mulheres a oportunidade de romperem com o ciclo da pobreza.

Ao procurarem o CRAS os outros benefícios eventuais que essas mulheres encontram são: alimentação, transporte I e II⁴² e, também, o benefício eventual funeral, ou seja, um serviço que é considerado a porta de entrada da proteção social básica, que é visto como referência dentro do território, não dispõe de qualquer outro benefício que possibilite autonomia financeira para as mulheres. Isso ocorre porque os benefícios ofertados são pensados pela lógica de serem pontuais, limitados e direcionados apenas para sanar as dificuldades mínimas das famílias.

Segundo Novellino (2004), em seu estudo *Feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres*, ao verificar se as políticas públicas que defendem podem ser classificadas como políticas de gênero ou se são apenas políticas que têm como público-alvo mulheres pobres, concluiu que:

Um grande problema desses tipos de programas⁴³ é que eles criam dependência ao invés de ajudar as mulheres a se tornarem mais independentes. Acima de tudo, elas não reconhecem as necessidades específicas de gênero relacionados ao planejamento de políticas para as mulheres. Sua principal preocupação é atender às necessidades práticas das mulheres relacionadas às suas funções reprodutivas. (NOVELLINO 2004, p. 11).

Essa matricialidade sociofamiliar acaba por ser convertida na responsabilização individual das mulheres com ações de cunho conservador, a mulher é realocada no espaço doméstico naturalizado, desencadeando atribuições e sobrecarga de trabalho para a mulher que é obrigada a trabalhar com a família em sua totalidade, impedindo que o fenômeno da feminização da pobreza seja superado.

Esse conservadorismo sobre a mulher é vinculado com os interesses da classe dominante, uma vez que a figura da mulher na família possui forte presença e influência, sendo usada como “base da reprodução material e ideológica da força de trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 219).

⁴² Disponível em: <<https://www.pmf.sc.gov.br/servicos/index.php?pagina=servpagina&id=4604>>.

⁴³ Aqui a autora refere-se a programas como: provisão de ajuda alimentar; programa de renda mínima, programas de bolsa-de-estudos, para explicar que são programas de redução da pobreza e não podem ser caracterizados como políticas de gênero.

Essas formas de lidar com a pobreza por parte do Estado, perpetuam uma responsabilização que é direcionada ao gênero, as ações assumidas tratam-se de políticas familistas que não rompem com a lógica patriarcal, dessa forma atualmente o Brasil não possui nenhuma política social que seja alinhada com a superação desses estigmas sociais e que tenham como horizonte a superação da feminização da pobreza, mas sim programas que amenizam as situações de vulnerabilidade de forma focalizada e pontual que não rompem com essa lógica, reafirmando ideais excludentes.

3.2. FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO CONTEXTO ATUAL

O sistema capitalista dividiu o mundo a partir de uma sociedade baseada em classes, os mais poderosos detentores dos meios de produção e a classe trabalhadora, que o único meio que possui é a venda da sua força de trabalho. Conseqüentemente com o avanço da tecnologia, com a globalização que uniu todos os países do globo terrestre, com a necessidade incessante do capital de acumular mais riquezas, cresce a desigualdade social e a condição de vulnerabilidade de muitos.

Dessa forma procurando manter e aumentar seu poderio econômico, o modo de produção capitalista utiliza-se dos meios mais desumanizantes, criando um exército industrial de reserva⁴⁴, que estimula a desvalorização constante dos salários, extingue direitos e opta pela marginalização dos mais pobres, logo as mulheres que sempre foram colocadas para “escanteio”, nesse modo de produção, são as primeiras a serem impactadas.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2012, p. 707).

⁴⁴ Exército industrial de reserva, conceito desenvolvido por Marx que se refere ao desemprego estrutural das economias capitalistas, corresponde a força de trabalho que excede as necessidades da produção.

Ao longo dos séculos o modo de produção capitalista foi se reformulando, começou do capitalismo comercial/mercantil ao que hoje chamamos de capitalismo informacional⁴⁵. Contudo todas as fases do sistema capitalista, mantém a criação do exército industrial de reserva, assim como a formação da própria classe trabalhadora, que são elementos chaves do processo de acumulação capitalista e provocaram um grave desequilíbrio social. As tendências postas em movimento por parte desses processos econômicos resultaram em um excedente populacional incapaz de ser absorvido pela atividade produtiva, esse fenômeno social gerou inúmeros conflitos e a formação de um contingente significativo de excluídos.

Logo houve um aumento expressivo no número de pobres, da fome, da condição de vulnerabilidade, do desemprego, da falta de moradia e da necessidade de um maior grupo populacional acessar as políticas públicas.

Segundo levantamento feito pelo PNUD 2021, atualmente 1,3 bilhão de pessoas vivem na pobreza, no ano de 1995 os dados desse mesmo relatório eram exatamente iguais, ou seja, 26 anos depois, com todos os avanços tecnológicos e econômicos, não fomos capazes de superar as desigualdades inerentes ao sistema capitalista. (FRANCO, 2021).

Isso porque a pobreza é um produto necessário ao capitalismo, que acumula riqueza ao mesmo passo que produz e reproduz a pobreza. Segundo Netto (2006, p. 142): “desenvolvimento capitalista é, necessariamente e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada da pobreza”.

Sabemos que a pauperização da classe trabalhadora está relacionada intrinsecamente a esse modo de produção, mas essa sociedade baseada na hierarquização e na divisão de classes é atravessada por outros tipos de relações sociais, não é homogênea e possui recortes no que condiz as dimensões de gênero e raça. Agora, direcionando a figura da mulher nesse modo de produção, apesar da falsa ideia que foi amplamente difundida de que o sistema capitalista “permitiu” novos arranjos familiares e, dessa maneira traria mais liberdade às mulheres, resultou em uma sobrecarga psicológica e física, uma vez que inseriu a mulher na esfera do trabalho remunerado e desigual, assim como continuou a perpetuar as

⁴⁵ Consideramos que não é uma nova fase do modo de produção, apenas um novo momento do capitalismo financeiro, que foi propiciado pela globalização, pelo avanço da tecnologia, na aceleração e crescimento dos fluxos de informações, pessoas, capitais e mercadorias.

responsabilidades familiares como exclusivas do gênero feminino⁴⁶. “Seria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente”. (SAFFIOTI, 1979, p.43).

A ideia de emancipação feminina por parte do sistema capitalista é equivocada, de fato o capitalismo integrou as mulheres na esfera do trabalho remunerado, porém, essa constatação encobre uma realidade que coloca o gênero feminino em condição desprivilegiada. A mulher não se retira da esfera do trabalho doméstico, ao contrário, continua a exercer suas funções dentro do ambiente familiar e ainda se insere primeiramente na esfera do trabalho remunerado, através do desempenho de atividades que estão associadas a esse universo doméstico.

Nessa sociedade de classes, as mulheres, foram incluídas de forma secundária, compondo um segmento da classe trabalhadora que foi/é desvalorizado, uma força de trabalho barata, sendo usada de artifício (dentro da lógica capitalista), para rebaixar o valor da força de trabalho feminino. Por consequência desses recursos usados pelo modo de produção capitalista, a renda proveniente do trabalho remunerado feminino se coloca como complementar, ou seja, o maior valor da renda familiar é o masculino, sendo o valor do trabalho da mulher visto apenas como complemento⁴⁷.

Essa distinção no valor do trabalho, as condições desiguais na esfera do trabalho remunerado, são fatores que impactam diretamente no contexto atual. Sabe-se que o número de mulheres que hoje são responsáveis únicas pela renda familiar é expressivo⁴⁸, mas essa desigualdade salarial que sempre foi imposta é a responsável por colocar o gênero feminino em uma situação mais próxima da pobreza.

Em relatório recente, a Cepal indicou que “em 2019, para cada 100 homens vivendo em lares pobres da região⁴⁹, havia 112,7 mulheres na mesma situação”. O mesmo relatório destaca que os esforços realizados pelos Governos para a redução

⁴⁶ Segundo Saffioti (1975, p. 44), [...] certos padrões culturais forjados em outras estruturas persistem na nova, num descompasso de mudança que tem desafiado a validade de algumas teorias.

⁴⁷ Aqui nos referimos ao contexto das décadas passadas, usando por base a obra da autora Saffioti (1979). Entendemos que o atual contexto é diferente.

⁴⁸ De acordo com levantamento da Consultoria IDados, realizado com base nos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de mulheres responsáveis por bancar os domicílios brasileiros cresce a cada ano. Atualmente, o número já é de 34,4 milhões.

⁴⁹ O Cepal analisou 17 países da América Latina para indicar o índice de feminidade em domicílios pobres no ano de 2019. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/indice-feminidade-da-pobreza> Acesso em: 18 abr. 2022.

da pobreza não beneficiaram igualmente homens e mulheres, evidenciando a falta de autonomia financeira das mulheres que estão mais sujeitas à pobreza quando não possuem rendimentos provenientes de outro provedor, principalmente quando estas não contam com a figura masculina dentro de seus lares, ou seja, mesmo alguns países⁵⁰ adotando programas de transferência de renda como forma de amenizar a pobreza, ainda assim, programas de caráter familistas não são suficientes para superar uma pobreza que está intrinsecamente relacionada ao gênero.

A maioria dos estudos chamam a atenção para essa falta da presença masculina nos lares ser responsável pelo agravamento da pobreza feminina, Pearce (1978), a primeira a cunhar o termo feminização da pobreza, já relacionava esse fenômeno com a falta da existência de um provedor masculino no ambiente familiar.

Carmen Barroso (1978), em sua obra *Sozinhas ou mal acompanhadas*, estudou a situação das mulheres chefes de família e relaciona o fenômeno da feminização da pobreza ao aumento das famílias chefiadas por mulheres.

Ao procurar no google a definição do termo feminização da pobreza encontramos o seguinte significado: “mulheres que sustentam a casa sozinha”, “empobrecimento de mulheres que sustentam os filhos e a casa”, “mulheres com filhos que não tem mais o companheiro morando no lar”. Todas as definições são pautadas na falta do gênero masculino como responsável pela pobreza feminina, logo consequentemente a maioria dos estudos para explicar esse fenômeno também baseiam-se nessa perspectiva.

Contudo algumas autoras foram na contramão e decidiram estudar a pauperização feminina considerando outra direção. Lena Lavinias (1996), aponta para as desigualdades de duas formas, uma que apresenta características de gênero e outra que é ligada estritamente a homens e mulheres pelo simples fato de serem pobres. Concordamos com Lavinias no que se refere ao fato da pobreza atingir diretamente a classe trabalhadora, assim como mesmo pertencendo à mesma classe social, ainda assim as mulheres pobres são as mais afetadas pela condição da pauperização, mas pontuamos que é necessário mesmo relacionando o gênero feminino, fazer outro recorte, é inegável que a mulher negra devido às condições

⁵⁰ Em 2008 o Programa de Transferência de Renda já era realidade em 28 países, 17 da América Latina e Caribe: Burkina Fasso, Nigéria, Turquia, Paquistão, Iêmen, Quênia, Índia, Bangladesh, Camboja, Filipinas, Indonésia, México, Guatemala, El Salvador, Costa Rica, Panamá, Equador, Peru, Chile, República Dominicana, Jamaica, Honduras, Nicarágua, Colômbia, Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina.

históricas é a que mais sofre com essa estrutura social hierarquizante do sistema capitalista.

Novellino (2004), Mayra Buvinic e Geeta Rao Gupta, realizaram uma pesquisa para o programa intitulado *Chefia Feminina e Pobreza em Países em Desenvolvimento*⁵¹, na tentativa de comprovar se existe fundamento na escolha das mulheres como beneficiárias em programas de combate à pobreza, como por exemplo é o caso do antigo Bolsa Família e atual Auxílio Brasil.

As autoras chegaram à conclusão de que esses programas podem reduzir a pobreza e são benéficos às crianças, mas que as mulheres ao serem referência para atender as exigências desses programas acabam por não serem incluídas na superação da pobreza, ou seja, apesar de beneficiarem por um lado, acabam não lidando diretamente com as necessidades individuais das mulheres, afinal são políticas de caráter familistas e não de gênero, como já mencionado neste estudo.

Se avançamos na conquista de alguns direitos (como o voto, divórcio e outros), pouco evoluímos na igualdade de salários e nas oportunidades de emprego, assim como ainda possuímos nossa figura estritamente ligada ao lado materno, do cuidado e da responsabilidade familiar. As mudanças econômicas, sociais e até mesmo culturais não foram capazes de superar estigmas que são perpetuados até hoje, relacionando a figura feminina ao mesmo ideário das décadas passadas, há um limite muito bem estabelecido pelo sistema capitalista da posição que a mulher ocupa dentro da sociedade, distinguindo e definindo as funções específicas de cada um. E isso muito se relaciona com a religiosidade e os ideais moralistas que permeiam desde o nascimento de uma pessoa do gênero feminino até ao longo de sua vida, pontuamos isso porque culturalmente desde a infância somos instruídas a brincadeiras que sugerem o universo doméstico⁵². É inegável que atualmente já existe uma consciência por parte de alguns pais de disponibilizar uma variedade de brinquedos, deixando a critério da criança escolher, mas ainda assim é comum presenciarmos um certo embate quando a decisão “não é a esperada”.

Em um mundo contraditório que procura alinhar religiosidade e economia, como por exemplo o Brasil, que em 1891 já determinava pela Constituição que o

⁵¹ Buvinic, Mayra; Gupta, Geeta Rao (1994). Targeting poor woman-headed households and woman-maintained families in developing countries: views on a policy dilemma.

⁵² Os brinquedos considerados “de menina” em geral são os que sugerem o cuidado aos filhos (bonecas), cozinhar, limitando o gênero feminino a essas brincadeiras.

Estado é laico⁵³, mas que continua a basear suas decisões sociais e políticas pautada em alguns ideais religiosos e reafirma valores, não é surpreendente que continue a perpetuar estigmas que diferenciam o gênero e reafirmam a desigualdade entre homens e mulheres.

Esta diferença determinada pelo gênero se manifesta cotidianamente na vida dos sujeitos, as crises econômicas, políticas e sanitárias por vezes afetam diretamente as mulheres, que são as primeiras a sentirem o impacto dessas transformações, visto que são as responsáveis pela estrutura familiar e financeira, sobrecarregadas de tal modo que precisam constantemente se desdobrar nas inúmeras funções que estão colocadas⁵⁴.

Adiante será adentrado nas duras e profundas mudanças no mundo e especialmente no Brasil que ocorreram em 2019, com uma pandemia mundial de um vírus pouco conhecido e que afetou diretamente a vida das mulheres e não só delas.

Em 2019, a Organização Mundial da Saúde foi alertada sobre uma nova cepa de um vírus que se manifestou na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China⁵⁵. (OPAS, 2021). Já no início de 2020 a OMS alertava sobre uma possível pandemia decorrente desse vírus, que chegou ao Brasil em março de 2020. No mesmo ano a ONU Mulheres para Américas e Caribe, alertava que a pandemia de covid-19 causaria impactos diferentes na vida dos homens e das mulheres, esse documento na tentativa de garantir as dimensões de gênero nas propostas feitas pelos Governos para lidar com a crise sanitária e econômica que vinha a decorrer, apresentava 14 recomendações aos Estados⁵⁶.

Esse mesmo documento alertava sobre a condição da mulher na sociedade, afirmando que são as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado, assim como o fechamento das escolas/creches, a saturação do sistema de saúde e o cuidado com os doentes/enfermos que recairiam principalmente sobre elas. É de conhecimento de todas as organizações mundiais que a pobreza não se desdobra de maneira igual,

⁵³ A Constituição de 1891 consolidou a separação entre a Igreja e o Estado. O § 2º de seu art. 11 proclamava que “é vedado aos Estados, como à União, estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos”. Firma-se então o Estado laico no Brasil, em que todas as religiões contam com a proteção estatal. Consagra-se a liberdade de crença e de culto.

⁵⁴ Aqui nos referimos ao lugar que as mulheres são colocadas pelo sistema capitalista, que foi responsável por criar a ideia de que a mulher precisa “dar conta” de todos os aspectos da vida, desde a família, até prover o sustento, criando o sentimento de culpa e julgamentos da sociedade quando a mesma não se “enquadra” no que se é esperado.

⁵⁵ OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde.

⁵⁶ ONU MULHERES BRASIL

mesmo entre as mulheres existe distinção na forma como são atingidas, apesar disso, as medidas realizadas para diminuir o impacto dessa desigualdade construída só reafirmam a desigualdade de gênero.

A crise sanitária motivada pela pandemia de Covid-19 se instala em um cenário brasileiro de aumento do conservadorismo⁵⁷, de inúmeros ataques e ofensivas neoliberais⁵⁸, de uma crise econômica e política, assim como um profundo negacionismo crescente no interior da sociedade.

Essa face do capitalismo neoliberal e neoconservador incide diretamente sobre a vida das mulheres de uma forma que a feminização da força de trabalho, que significa uma maior exploração do trabalho feminino em empregos precarizados, mal remunerados e insuficientes para manter a reprodução social das mulheres e de suas famílias que acaba não gerando autonomia e muito menos emancipação, se acentue.

As mulheres estão inseridas em um contexto em que articulam duplas/triplas funções, a pandemia só reforçou e aumentou a jornada de trabalho feminino⁵⁹; o isolamento social, o fechamento de escolas/creches, o trabalho remoto, assim como as trabalhadoras domésticas que foram as primeiras impactadas pela crise sanitária, em uma conjuntura em que a vida das famílias já estava prejudicada pela crise do capital que se acentuou com a pandemia de Covid-19 e se desdobrou em um profundo colapso em todas as áreas como, saúde, educação, previdência e assistência sentiram o impacto direto de um Governo despreparado para lidar com a crise. Em especial as mulheres, que marginalizadas diariamente praticamente foram esquecidas.

⁵⁷ O avanço da nova direita no Brasil e no plano internacional com a sua moral familista e religiosa propicia o crescimento do conservadorismo de traços fascistas, expresso no individualismo competitivo exacerbado, preconceituoso e pressionado pelo consumo. Segundo Evangelista (2020), o conservadorismo é imprescindível para o capitalismo financeiro global. Observa-se na política brasileira hoje o uso da religião para fazer avançar suas pautas: Não é apenas sobre determinados grupos religiosos buscando impor sua moral para a totalidade da sociedade via políticas de Estado, mas é, também, sobre as novas facetas do conservadorismo brasileiro usando a religião para se comunicar com o povo, [...] alcançando um segmento religioso que cresce em todos os estratos sociais, mas está predominantemente na base da pirâmide social, em áreas urbanas e periféricas onde a população vive cotidianamente a ausência do Estado. Estamos falando também de uma população em sua maioria de baixa renda, negra e feminina.

⁵⁸ Segundo Dardot e Laval, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida [...]. É um sistema que emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Ele não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital. (2016, p. 21).

⁵⁹ A pesquisa “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” (realizada pela ONG “Gênero e Número” e pela Organização Feminista “Sempre viva”), concluiu que entre as 2.641 mulheres entrevistadas, 50% passaram a ser responsáveis pelo cuidado de outra pessoa, durante a pandemia (TEIXEIRA, 2020).

As mulheres como já mencionado se inserem de maneira precária na esfera do trabalho remunerado, essas condicionalidades impostas pelo sistema patriarcal e capitalista ainda se manifestam nos dias atuais, são elas as que possuem os postos de trabalho mais inseguros. Isso também se relaciona à questão econômica do país, que sempre contou com a informalidade salarial da sociedade e com uma realidade de desemprego estrutural que impacta diretamente as mulheres, que recorrem a essa modalidade de emprego para garantir o sustento familiar, se o próprio país não consegue garantir trabalho remunerado aos homens que são de certa forma prioridade do sistema, as mulheres mesmo que por vezes mais capacitadas terão menos chances.

Estas mulheres também foram vítimas da pandemia de Covid-19, visto que estavam mais expostas ao vírus, já que utilizam na maioria das vezes o transporte público, a informalidade do emprego em que muitas estão submetidas⁶⁰ e todas as inconstâncias motivadas pela pandemia, evidenciou o acirramento das vulnerabilidades enfrentadas principalmente pelas mulheres pobres. Segundo dados da OXFAM (2020), aproximadamente 740 milhões de mulheres tinham como postos de trabalho a informalidade no início da pandemia, sendo que muitas delas ficaram desempregadas devido às medidas de isolamento social, sem segurança previdenciária, a falta de investimento nas políticas públicas, a demora do Governo em criar estratégias para lidar com a situação, foram fatores que demonstraram a fragilidade do atual Governo e conseqüentemente do modo de produção capitalista.

Como medida paliativa o Governo fez uso do auxílio emergencial, programa de transferência de renda que foi implantado na tentativa de enfrentar os efeitos da pandemia de Covid-19⁶¹.

O decreto regulamentou Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00 mensais para cada membro das famílias mais pobres do país, por um período de seis meses, as mães solteiras, no entanto tiveram direito ao valor de R\$ 1.200,00 reais mensais⁶².

⁶⁰ Levantamento feito pela OXFAM (2020) já apontava que na pandemia: as mulheres, e em maior medida as mulheres racializadas, correm mais risco de perder seus empregos por causa do coronavírus que os homens. Na América Latina, negros e negras e povos indígenas, já marginalizados, foram atingidos mais duramente que o resto da sociedade; eles têm maior probabilidade de morrer e de ficarem na miséria. (OXFAM, 2020, p.14-15).

⁶¹ Projeto de Lei n. 13.982.

⁶² O Auxílio Emergencial foi inicialmente destinado aos cidadãos com mais de 18 anos, aos beneficiários do Programa Bolsa Família, às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, aos trabalhadores informais, aos microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes individuais da Previdência Social. A determinação exigia renda familiar mensal inferior a meio salário mínimo per capita ou três salários mínimos no total, além de o indivíduo não ser beneficiário de outros

Esse valor substituiu temporariamente o Bolsa Família, sendo o único benefício que repensou a condição da mulher na pandemia.

Para explicar a precarização do trabalho feminino, recorreremos a Danièle Kergoat (2009), a autora analisa as relações sociais de sexo⁶³ como uma relação de dominação que é estrutural e transversal a totalidade do campo social, sendo que as tensões dessas relações sociais se expressam diretamente na base material da sociedade e promovem a divisão sexual do trabalho.

A autora define essa divisão como separação e hierarquização; o primeiro princípio (separação) é responsável por colocar os homens na esfera produtiva e destinar as mulheres à reprodução social da vida. Já o segundo princípio (hierarquização) coloca o trabalho masculino como de maior valor sobre o feminino.

Federici (2019), por sua vez vai defender o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres e defende sua importância

É muito mais que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças – os trabalhadores do futuro -, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo (FEDERICI, 2019, p. 8).

Defende-se neste estudo que o trabalho que é realizado pelas mulheres é tão ou mais importante do que o realizado pelos homens, uma vez que ele é responsável por criar a base para que o processo de produção no capitalismo aconteça, concordando com Sánchez (2015), para que o sujeito do capitalismo possa empregar sua força na produção é necessário previamente que tenha ocorrido o trabalho reprodutivo, que se designou “naturalmente” as mulheres, que são submetidas a um leque de responsabilidades, o que antes se relacionava a vida doméstica e ao ambiente privado familiar, hoje acarreta na continuidade destes com o acréscimo do trabalho remunerado e do dever de contribuir financeiramente no sustento familiar.

A feminização da pobreza, fenômeno aqui tratado em sua dimensão estrutural, evidencia que a pobreza e a desigualdade recaem de maneiras distintas

programas sociais (com exceção do Programa Bolsa Família) ou do seguro-desemprego. As mães que habitam sozinhas e atendem ao critério de elegibilidade de renda teriam direito a receber o valor do auxílio em dobro. No dia 16 de abril, a Câmara dos Deputados aprovou a expansão da medida para mães menores de idade e para toda família monoparental.

⁶³ Segundo Jaramillo (2000, p.105), sexo” é utilizado para se referir ao aspecto biológico, ou seja, divisão entre macho e fêmea, a palavra “gênero” se refere a uma construção social, onde as sociedades definem o que deve ser considerado um comportamento adequado de mulher ou de um homem.

mesmo sobre as mulheres (o que já sinalizamos). As mulheres negras são as que mais enfrentam o subemprego, a vulnerabilidade e a pobreza, isto porque foram submetidas a base da pirâmide hierárquica social, principalmente em um país que foi o último a pôr fim a escravidão, essas opressões estruturais e cotidianas no qual as mulheres negras estão submetidas colocam-nas como um grupo mais suscetível as desigualdades e conseqüentemente a pobreza e extrema-pobreza.

Conforme Crenshaw (2002), os marcadores sócios, histórico-culturais da sociedade - sexista, patriarcal, colonial e racista se entrecruzam ao ponto de colocarem essas mulheres no centro da exploração. Retomamos essa percepção de estrutura social para explicar o atual contexto brasileiro.

Segundo análise feita pela economista, Marilane Teixeira, do CESIT-Unicamp, nos dados da PNAD Contínua do IBGE, mais de 50% do total de 14,1 milhões de desempregados em 2017 são mulheres - 63,2% delas são negras. No primeiro trimestre do ano passado, o desemprego atingiu 73% das mulheres. Entre as negras, o percentual foi de 96%. (ACCARINI, 2018).

De acordo com Pinheiro *et al.*, (2019), 92% dos trabalhadores domésticos remunerados são majoritariamente mulheres, sendo que 63% são mulheres negras, em média esses profissionais trabalham 52h por semana, dedicando-se ao seu trabalho remunerado e ao não remunerado.

A herança colonial da sociedade brasileira se expressa nesses dados e no modo ainda marcante da organização da sociedade, observa-se através dos marcadores de raça e gênero o perfil de quem exerce o trabalho doméstico; a persistência desse trabalho como uma das principais atividades profissionais destinadas às mulheres negras demonstra a construção histórica de um imaginário servil sustentado pela desigualdade de raça, classe e gênero.

E não apenas isso, uma construção histórica pautada na exploração que ainda persiste, são inúmeros os casos de denúncias de trabalho análogo a escravidão, ainda nos dias de hoje⁶⁴, reflexo da sociedade racista brasileira.

⁶⁴ Em março de 2022 o Ministério Público do Trabalho ajuizou uma ação contra uma família que submetia uma idosa de 89 anos a condição de trabalho análogo a escravidão. Impedida de sair sozinha e abusada verbalmente e fisicamente pela patroa, foi salva graças a denúncia de uma vizinha. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/04/05/mpt-denuncia-familia-que-manteve-mulher-em-condicao-analoga-a-escravidao-durante-50-anos-em-sp-filhas-achavam-que-ela-estava-morta.ghtml>>

Retomando a discussão sobre o trabalho doméstico, as autoras Hirata e Kergoat (2007), pontuam que a divisão sexual do trabalho confere ao ambiente familiar um caráter reprodutivo que por sua vez no trabalho remunerado ganha uma versão produtiva, sendo assim há uma manutenção dessa forma de trabalho na esfera privada para aqueles que podem pagar.

Pontua-se essa questão para discutirmos que o contexto de pandemia acentuou as responsabilidades destinadas às mulheres, principalmente as mais pobres; a postura ultraliberal do Governo do então presidente Jair Bolsonaro que impôs o contingenciamento de gastos com a saúde, educação e assistência social, a demora por medidas econômicas para diminuir a crescente da fome e do aumento da vulnerabilidade social foi responsável por transferir mais trabalho as mulheres, naturalizando a desresponsabilização do trabalho em relação ao trabalho reprodutivo.

A feminização da pobreza se expressa também na insegurança alimentar enfrentada por milhares de famílias brasileiras⁶⁵, conforme pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), a fome tem cor: são 65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas convivem com restrição de alimentos em qualquer nível; assim como tem gênero: nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3%.

É evidente que a ineficácia do Governo em assumir medidas não só sanitárias como econômicas no contexto de pandemia, propiciou um aumento do número de pobres e, conseqüentemente, uma crescente de mulheres pobres.

A crise gerada pela pandemia de Covid-19, segundo relatório da Cepal resultou em um retrocesso de mais de uma década em relação a participação das mulheres no mercado de trabalho, este mesmo documento apresenta os seguintes dados: em 2019 a taxa de participação no mercado de trabalho das mulheres foi de 52% enquanto em 2020 foi de 46%, segundo este estudo no ano de 2020 houve uma crescente no número de saídas de mulheres de seus postos de trabalho relacionados à necessidade de atender as demandas familiares⁶⁶.

⁶⁵ Em 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer. São 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. A edição recente da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990.

⁶⁶ CEPAL

Isso acontece porque o lugar do cuidado é naturalizado como sendo de responsabilidade da mulher, é a mulher que precisa “abrir mão” de seus sonhos em prol do bem-estar da família, são “valores” que estão enraizados culturalmente de tal forma que até mesmo as mulheres se reconhecem como sujeitos centrais que tem por obrigação lidar com essas situações.

Dessa forma, a pandemia agravou a condição da mulher, sobretudo da mulher pobre, que não teve acesso a políticas públicas contundentes de proteção social, além disso, a assistência social teve aportes em relação à transferência de renda, mas diante do quadro histórico de pobreza, não teve a incidência necessária para melhorar suas condições de vida.

Ressaltamos, ainda, que o avanço do pensamento conservador e conseqüentemente do neoliberalismo na sociedade brasileira propiciou que as medidas tomadas na pandemia não fossem suficientes para lidar com a conjuntura econômica, social e política do país. O que é problemático, uma vez que o atual Governo, no que condiz às políticas públicas, assume características com cunho positivista, emergindo a racionalidade de que a condição de vulnerabilidade das famílias é um “problema individual”, que deve ser “tratado” de forma fragmentada e pontual.

Esses ideais ainda assumem uma postura de exclusão do gênero feminino, visto que não há nenhuma tentativa do governo em amenizar os impactos da pauperização feminina, o único projeto destinado às mulheres foi durante a pandemia, no qual as mesmas tinham direito a dois benefícios emergenciais⁶⁷ que juntos somavam o valor de R\$ 1.200 reais mensais. Ainda assim, muitas mães solas/solteiras não conseguiram acessá-lo visto que o despreparo dos gestores na implementação do benefício, fez com que o mesmo fosse acessado através de aplicativo, desconsiderando os 28,2 milhões de brasileiros que não possuem acesso à internet⁶⁸.

⁶⁷ O benefício do Auxílio Emergencial foi concedido em caráter emergencial, aos cidadãos que se enquadrassem nos critérios previstos em lei. Segundo a lei que criou o auxílio, mães que se “encaixam” nas regras recebem cota dupla, ou seja, R\$ 1.200 reais.

⁶⁸ Apesar de a pandemia de Covid-19 ter acelerado o acesso à internet no Brasil nos últimos dois anos, 7,28 milhões de famílias ainda permaneciam sem conexão à rede em casa em 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/consumo/282-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet-diz-ibge/>>.

Contudo, atualmente tramita o projeto de Lei 2099/20⁶⁹, que institui auxílio permanente de R\$ 1.200 reais mensais às mulheres provedoras de famílias monoparentais (grupo familiar chefiado por mulher sem cônjuge), pela leitura do texto a mulher deve cumprir uma série de requisitos para acessar o benefício, entre eles: a) pelo menos um integrante da família deve ter menos de 18 anos; b) a mulher deve ter mais de 18 anos; c) não ter emprego formal ativo; d) não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial; e) ter renda familiar per capita, mensal de ½ do salário mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos. Apesar de já ser um avanço significativo no que tange a renda para mulheres em condições vulneráveis, ainda assim, mais uma vez utiliza-se de critérios excludentes (como a renda), que não estimulam a emancipação feminina, atrelando-a ao universo e responsabilidade materna, novamente é usada a lógica de uma política de caráter familista que não rompe com os estigmas já destinados ao gênero feminino.

Numa sociedade de escassez⁷⁰ (como a mantida pelo sistema capitalista), em que a produção gerada é insuficiente para sanar todas as necessidades da população, o que é produzido seria consumido a tal modo que nada sobrasse (excedente) para promover o desenvolvimento das forças produtivas (que é o objetivo desse sistema). Logo não haveria crescimento produtivo, a desigualdade de classes é a única ferramenta que permite o acúmulo de riqueza por parte de poucos. (MONTAÑO, 2012, p. 287, apud NETTO, 2001, p.46).

A desigualdade é então compreendida como necessária para o crescimento e desenvolvimento da máquina capitalista, em consequência disso uma parcela da população deve ser excluída desses meios. Desta forma, o gênero feminino que ao longo da constituição da sociedade foi sendo colocado para escanteio, passa a ser o primeiro a possibilitar a manutenção desse sistema, uma mão de obra barata que possibilita o acúmulo maior do capital, que se divide em duplas/triplas jornadas.

Entretanto, o sistema ao mesmo tempo que percebe a possibilidade de exploração da mão de obra feminina se depara com a condição biológica da mulher (ser mãe), que é rentável até certo ponto para o capital, uma vez que propicia a

⁶⁹ O projeto é do ex-deputado Assis Carvalho (PI) e foi relatado pela deputada Erika Kokay (PT-DF), que deu parecer favorável. Ela acrescentou uma emenda para prever o reajuste anual do benefício pelo INPC (o mesmo do salário mínimo).

⁷⁰ Ver Netto, José Paulo. Cinco notas a propósito de la “cuestión social”. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001, p. 46.

manutenção do exército reserva, mas na contramão afasta essa mão de obra do mercado de trabalho e resulta em “despesas”⁷¹ para o capital.

Sendo assim ao longo dos séculos, a inserção da mulher na esfera do trabalho remunerado, de forma precária, as lutas e movimentos feministas, a inclusão delas nos espaços educacionais, foram frutos de uma longa e árdua luta do movimento feminista.

Sendo assim, a desigualdade estrutural do sistema capitalista, a pouca/ ou quase nenhuma intervenção do Estado, o aumento do conservadorismo de uma economia baseada na ideologia neoliberal, resultam atualmente na condição de vulnerabilidade enfrentada pelo gênero feminino, sabemos que a pobreza não incide apenas na vida das mulheres, mas é inegável que elas estão em condições desfavoráveis na sociedade.

A exclusão das mesmas do trabalho remunerado; dos espaços de decisões; o não reconhecimento do trabalho doméstico; os estigmas perpetuados que insistem em culpabilizar o gênero feminino; a responsabilidade pela família; a deficiência das políticas públicas; o sistema hierarquizante, preconceituoso; assim como o patriarcalismo, são os estruturantes da pauperização feminina, logo responsáveis pela incidência da feminização da pobreza ainda nos dias atuais.

⁷¹ Usamos o termo despesas para nos referirmos aos direitos trabalhistas que as mulheres ocupam no mercado de trabalho formal após a gestação, como a licença maternidade remunerada, que é vista por muitos empresários como despesas extras e até mesmo prejuízos. É comum presenciarmos um discurso que contratar mulheres não é benéfico para o empresário, devido a condição da maternidade e as responsabilidades familiares, isso porque quando o filho ou algum familiar adoece são elas as encarregadas de “resolverem” essas questões.

4.CONCLUSÃO

Entender o contexto da mulher e seu papel na sociedade ao longo dos séculos nos faz compreender como chegamos na condição desigual que nos é submetida ainda nos dias atuais. É comum naturalizarmos muitas das vezes algumas situações que nos sujeitam sem refletirmos o porquê de tais exigências, as cobranças feitas nas famosas reuniões de família onde ouvimos: “Já está namorando?” “Quando terá filhos?” “E o casamento?” O espanto por não querer ser mãe, acompanhado da frase “Vai ficar velha sozinha”, “Só quem é mãe sabe o que é amor”.

E não apenas isso, a dificuldade em acessar o mercado de trabalho que faz as mesmas cobranças. Quando a mulher é entrevistada para um vaga de emprego as perguntas sempre se direcionam a família: “Você é casada?” “Tem filhos?” “Com quem vai deixá-los?” A estrutura social base para a sociedade capitalista e patriarcal foi e ainda é responsável por colocar a figura da mulher em um papel de constante responsabilização e culpa, direcionando-as a esfera da reprodução como forma de continuar a alimentar o sistema e quando esse sistema está indo à falência utiliza-se de poucos recursos como forma de mantê-lo.

É nesse momento, apenas quando o capitalismo precisa se reconfigurar para que não haja uma “rebelião” que o mesmo passa a introduzir nas discussões internacionais a questão da pobreza no mundo, ao mesmo tempo que exige do Estado uma não intervenção na economia, precisa que ele regule as relações sociais que podem vir a interferir no livre comércio e no modo de acumulação.

Esse aumento da pobreza no mundo combina concomitante com a ascensão do neoliberalismo, a atuação do Estado passa a ser restrita, resultando expressivamente no aumento da pobreza. Na tentativa de diminuir os prejuízos do sistema, o Estado lança uso de ações e políticas fragmentadas que respondam “em parte” as condições de vulnerabilidade dos mais miseráveis e volta seu foco as mulheres, estas que são responsáveis pela família e por administrarem os escassos recursos de maneira a satisfazer os mínimos sociais.

É dessa necessidade de manter a engrenagem da máquina capitalista e do sistema patriarcal funcionando e direcionando a vida dos sujeitos que surge o debate sobre a feminização da pobreza. Apesar de apresentar-se como um fenômeno contemporâneo, a pauperização feminina, como discutimos neste trabalho, possui

causas muito mais profundas que estão enraizadas na gênese da construção dessa sociedade.

Ainda que esse fenômeno tenha ganhado visibilidade na década de 1990, é em 1978 que a primeira estudiosa Diane Pearce sinaliza para a crescente pobreza feminina, evidenciando um aumento da vulnerabilidade em lares sem a presença masculina, mas já indicando que a pobreza feminina também está ligada a condição da mulher na sociedade, apesar dos novos arranjos familiares, ainda assim a pobreza feminina é colocada em muitos estudos como sendo motivada pela não presença masculina nos lares, por base em todas as demais leituras realizadas para a construção deste trabalho, e por sermos mulheres, sabemos que a feminização da pobreza está intrinsecamente relacionada não apenas ao modo de produção, como também está ligada ao gênero feminino, uma vez que a figura feminina é ainda hoje colocada em situação de subalternidade.

Adentrando nas leituras da revisão bibliográfica que foram feitas e entendendo a posição da mulher na sociedade, chega-se à conclusão de que essa inserção desigual que tange a vida doméstica e ao trabalho remunerado é importante para compreendermos o processo de feminização da pobreza como um fenômeno atemporal. Isso porque o trabalho doméstico é a base que propicia a manutenção do modo de acumulação capitalista, trabalho este desvalorizado e que é visto como inferior. A mulher que está inserida de forma exclusiva na vida doméstica (ser do lar) encontra na sociedade obstáculos como: não ter o reconhecimento de que exerce uma atividade laboral dentro do lar, que contribui significativamente para o sustento da família e que a atividade doméstica também é exaustiva.

Contudo, as que acessam o mercado de trabalho remunerado também encontram certos empecilhos, como: a baixa remuneração, as jornadas de trabalho duplicadas entre a casa e o ambiente privado de trabalho, as responsabilidades familiares (com idosos, filhos e agregados), o rebaixamento de suas aptidões, os constantes ataques a sua eficiência produtiva e o assédio moral e muitas vezes sexual.

Os modos de produção e a forte presença da Igreja Católica que resultaram no atual capitalismo reafirmaram os papéis de gênero e colocam as mulheres em posição desigual na estrutura social, uma vez que o trabalho precário realizado pelas mulheres alimenta esse sistema.

Quando o Estado coloca a mulher como figura central dos programas sociais, pouco gera autonomia da vida delas. Quando os estudos indicam que a não presença de um homem apresenta-se como um dos motivos para a pobreza feminina, isso transmite a ideia de que a culpa é da mulher que não é capaz de possuir uma família “estruturada” nos moldes exigidos pela sociedade, afinal a intenção do Estado é de responsabilizar individualmente os sujeitos e as famílias pela condição que se encontram, mas esse sujeito que é culpabilizado por tal condição, apresenta características bem definidas e podemos afirmar que são femininas.

Pouco se contesta como a sociedade foi estruturada e como excluiu as mulheres durante séculos da esfera do trabalho remunerado, colocando o homem como figura central e a mulher sempre como uma figura secundária, a ascensão da mulher nunca foi aceita, os poucos avanços nos direitos femininos só foram obtidos porque o sistema capitalista observou a necessidade de concedê-los ao passo que foram e continuam sendo necessários para a manutenção do modo de produção capitalista. Em suma, a incorporação da força de trabalho feminina, na sociedade capitalista é intermitente e flutuante, ou seja, em alguns momentos (necessários ao modo de produção), essa força é mais absorvida, mas em outros é menos, depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas, do capitalismo e das características da sociedade.

Afinal, não é vantajoso colocar a mulher em posição de igualdade com o homem, pois é necessária uma mão de obra que atue na reprodução e na produção, como é o caso das mulheres. Quando o capitalismo decide por integrar mais a força de trabalho feminino, é porque precisa reduzir custos com a força de trabalho e aumentar a sua acumulação de riquezas.

Ainda que nesta obra direcionamos as discussões sobre a feminização da pobreza abrangendo um contexto mais amplo, não podemos deixar de mencionar que a pauperização feminina incide de maneiras distintas, até mesmo no que compreende o gênero feminino. Os direitos conquistados são efetivados de diferentes maneiras entre mulheres brancas e mulheres negras, se as mulheres brancas foram/são submetidas a subalternização ainda existente no mundo global, as negras foram/são sujeitadas a base mais desigual da sociedade capitalista, principalmente no que tange o acesso ao ensino superior e ao trabalho remunerado.

As mulheres pobres e principalmente as negras enfrentam grande resistência da sociedade, é surpreendente que apesar de tantos avanços, a estrutura social ainda

se mantém e as mulheres negras são as que mais sofrem com a precarização do mundo do trabalho, com a estereotipização e principalmente com a sexualização de seus corpos. Isso se deve também, além do preconceito, ao fato de que a escravidão limitou todos os acessos possíveis a essa parcela da sociedade. Após 134 anos da abolição da escravatura no Brasil, ainda não fomos capazes de superar as desigualdades relacionadas ao gênero, raça e etnia.

Na tentativa de frear o aumento exponencial da pobreza, o Brasil faz uso do Programa de Transferência de renda e direciona seus esforços de atuação em políticas fragmentadas que colocam a mulher como beneficiária para diminuir a pobreza intergeracional. Ressaltamos, que sim, o PTR é importantíssimo para as famílias pobres e extremamente pobres, mas o valor repassado pouco contribui para a superação da pobreza dessas famílias uma vez que, por ser tratar de um programa de caráter familista e que volta suas ações principalmente às crianças, não colabora no que diz respeito à autonomia das mulheres e até mesmo das famílias. Segundo as pesquisas realizadas, como já mencionado, as mulheres acabam sendo as maiores beneficiárias desses programas que não constituem-se em programas de gênero, logo, conclui-se que apesar de benéfico ele não “mexe” na base estrutural e não gera autonomia direta às mulheres, uma vez que não contribui para que elas acessem educação, saúde e trabalho, como estão condicionadas a cumprirem as exigências para acessarem o benefício ficam limitadas a se inserirem no mercado de trabalho formal, o que gera um ciclo impossível de ser rompido.

A pandemia de Covid-19 só reforçou as condições dos mais vulneráveis, uma vez que os ataques neoliberais incidem diretamente sobre a classe trabalhadora, as fracassadas tentativas de amenizar os impactos da crise sanitária, econômica e política no país não foram suficientes para frear a pobreza, nos deparamos constantemente com o aumento da fome, do número de pessoas em situação de rua, do desemprego e de tantas outras expressões da questão social.

E essa atual conjuntura incide diretamente sobre as mulheres, que são as primeiras a serem afetadas pelas mudanças no mundo, afinal como mencionado diversas vezes neste trabalho, a condição nos foi/é colocada pelo sistema patriarcal e capitalista, que nos inseriu na estrutura social de maneira subalternizada e que não foi vencida até hoje nos limitando a esse lugar que possui raras exceções.

Apesar de considerar, a partir da revisão de literatura feita para a construção desse trabalho, que o termo feminização da pobreza ainda é utilizado de maneira

equivocada, uma vez que reconhecemos que a discussão sobre o tema não pode ser apenas relacionada aos dados numéricos dos estudos, precisamos esmiuçar as causas estruturais, culturais e históricas que influenciam e configuram esse fenômeno e direcionam a continuação de uma sociedade pautada em uma desigualdade, que por vezes é invisibilizada. Este trabalho conclui-se com a afirmação de que a feminização da pobreza se constitui como um fenômeno atemporal inerente à estrutura social na qual se construiu o patriarcalismo e o sistema capitalista, que resultaram na divisão de classes e principalmente na divisão sexual do trabalho que é responsável por colocar homens e mulheres em estruturas hierarquizantes de modo diferenciado.

Sabemos que o capitalismo não inventou a divisão sexual do trabalho, o machismo e o patriarcado, mas se apropriou dessas características de sociedades anteriores, como evidenciado na revisão de literatura deste trabalho, criando um novo cenário para a exploração do gênero feminino, utilizou esses elementos como um mecanismo a mais de exploração. Contudo esse sistema é sim, responsável pela pobreza e pela divisão da sociedade em classes, visto que apesar da pobreza ser um problema de ordem estrutural, que atinge indistintamente homens e mulheres e constitui-se como produto do conflito entre o capital e o trabalho, suas refrações são sentidas de maneiras diferentes pelos dois gêneros. Nesse sentido, a pobreza de homens e mulheres expressa aspectos diferentes, portanto, requer ações diferenciadas para o seu conhecimento e medidas de enfrentamento.

Entendemos que enquanto o modo de produção existente no mundo for o sistema capitalista, ele continuará a se reconfigurar de tal maneira que colocará sempre a classe trabalhadora em condições desfavoráveis. Atualmente são as mulheres negras, as mais afetadas pelas expressões da questão social.

Contudo a lógica capitalista sempre será a de excluir uma parcela da sociedade para continuar a acumular mais recursos, para que a engrenagem da máquina continue a funcionar, novos grupos começarão a ser os “escolhidos” para integrar essa massa de exército de reserva.

Sabemos que essa situação é “necessária” para a continuidade do modo de produção capitalista, sendo assim o fenômeno da feminização da pobreza, assim como a pauperização da classe trabalhadora, só pode ser solucionada através de profundas mudanças estruturais na sociedade atual, mas que parecem tão distantes dada às novas conjunturas sociais, políticas e econômicas.

Dessa forma somos vítimas de um sistema que opta constantemente pela exclusão de muitos, pela ganância, pela violência armada nos lugares mais vulneráveis e pela culpabilização individualizada da pobreza. A classe trabalhadora e principalmente as mulheres devem juntos reivindicar que seus direitos sejam efetivados, lutar pelo não retrocesso dos que já foram conquistados, assumir os espaços de luta e decisão, lutar pela continuidade e ampliação das políticas públicas e sociais, para que o fenômeno da feminização da pobreza deixe de ser invisibilizado e passe a ser discutido da forma que deve, não apenas pelos dados quantitativos que colocam a não presença do homem como motivo da pauperização feminina, mas que considere todos os determinantes históricos e atuais que continuam a colocar a mulher nessa posição desigual.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, A. **Mulheres negras sofrem mais com trabalho precário e falta de investimentos**. 2018. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/tres-anos-de-perdas-e-retrocessos-para-as-mulheres-d94a> Acesso em: 17 ago. 2022.

AMADO, Jorge. Gabriela, Cravo e Canela: crônica de uma cidade no interior: romance. 9ª. Ed. São Paulo: Martins. 1959.

ANDRADE, P, D. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.14, jan./abr. 2019.

BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. **Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil**. *Economic Development and Cultural Change*, v. 45, n.2, p.231-257. 1997.

BARROSO, Carmem. Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação da mulher chefe de família. In: SEMINÁRIO A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA, 1978, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.

BRASIL. [Constituição (1891)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

BRASIL. Decreto nº 10.661, de 26 de março de 2021. Regulamenta a Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, que institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Brasília, DF, 26 mar. 2021

BRASIL. LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020. Estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-13982-2-abril-2020-789931-norma-pl.html>>

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. **Lei nº 8.742/1993**. Publicada no DOU Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. 1. ed. Brasília, 2009

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2006 Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2099, de 03 de abril de 2019. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para compatibilizá-la com a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que criou o Cadastro Nacional de

Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Brasília, DF, 2019. Acesso 25 de outubro de 2022.

BRASIL. Protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do sistema. Brasília: MDS, 2009

BUVINIC, M; GUPTA, G. R. **Targeting poor woman-headed households and woman-maintained families in developing countries: views on a policy dilemma.** Washington, DC: ICRW. 1994

CEPAL – **La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad.** 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46633/5/S2000740_es.pdf Acesso em: 18 ago. 2022

CISNE, M. **A feminização da Assistência Social: apontamentos históricos para uma análise de gênero.** In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3, 2007. Anais. São Luíz: UFMA, 2007

CHANT, S. **Nuevas contribuciones al análisis de la pobreza: desafíos metodológicos y conceptuales para entender la pobreza desde una perspectiva de género.** Serie mujer y desarrollo #47. Santiago: CEPAL, Unidad Mujer y Desarrollo, 2006.

CRENSHAW, K. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.** In: Stanford Law Review, vol. 43, n. 6, julho de 1991, p. p. 1241-1299. Disponível em: http://dc.msvu.ca:8080/xmlui/bitstream/handle/10587/942/Crenshaw_article.pdf Acesso em: 08 ago. 2022

DARDOT e LAVAL. **A nova razão do mundo.** Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo. 244 p. **Resenhas • Trans/Form/Ação** 42 (2) • Apr-Jun - 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2019.v42n2.12.p235>. Acesso em: 21 jul. 2022.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./ dez. 2003.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo.** São Paulo: Boitempo, 2014

DUQUE ARRAZOLA, L. S. **O sujeito feminino nas políticas de assistência social.** In: MOTA, Ana Elizabete. O mito da assistência social: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Leandro Konder. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas, Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 7-143.

EVANGELISTA, Ana Carolina. **Crentes ou não, políticos conservadores se apropriam da religião para avançar.** Entrevista especial com Ana Carolina Evangelista. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/605266>. Acesso em 04 out. 2022.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FILLETI, J. P; GORAYEB, D. S; MELO, M. F. G. C. **Mulheres Negras no mercado de trabalho no 1º trimestre de 2021.** In FACAMP: Boletim NPEGen Mulheres Negras no Mercado de Trabalho. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 01, junho de 2021

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 10.444, de 18 de outubro de 2018. Institui as normas de concessão de benefícios eventuais no âmbito da política municipal de assistência.

FRANCO JR, H. **O feudalismo** 4.ed., col. Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FRANCO, R. 1,3 bilhão de pessoas vivem na pobreza; grupos étnicos e mulheres são os mais afetados. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/10/1765812> Acesso em: 27 ago. 2022

FREITAS, Maria Raquel Lino de. **Desenvolvimento e Políticas Sociais no Brasil** Considerações sobre as Tendências de Universalização e de Focalização. In.: 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. 2005.

FREITAS, R. C. S; BRAGA, C. D; BARROS, N. V. Famílias e Serviço Social - Algumas Reflexões para o debate. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres (orgs.). **Família & Famílias:** práticas sociais e conversações contemporâneas. Lumen Juris editora; 2010.

FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil, Editora Fundo de Cultura, 1963.

GONÇALVES, V. **Entre paredes e redes:** o lugar da mulher nas famílias pobres. Serv. Soc. Soc., n. 103, p. 576-590, jul./set, 2010. São Paulo. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101 Acesso em: 15 jul. 2022

GOUGES, Olympe de. Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne. In: Bibliothèque Jeanne Hersch. Textes fondateurs. Disponível em: «http://www.aidh.org/Biblio/Text_fondat/FR_03.htm» Acesso em 20 de setembro de 2022.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça:** Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

JARAMILLO, Isabel. La crítica feminista al derecho. In.: WEST, R. Gênero y teoría del derecho. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, 2000.

_____; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 15, 2007.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

KERGOAT; D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: Dicionário crítico do Feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67- 75.

LAVINAS, L; COBO, B; VEIGA, A. **Bolsa-família**: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres e as relações de gênero. Revista Latino americana de Población. Ano 6. n° 10. Jan./Jun. 2010. Disponível em: <http://www.alapop.org/2009/Revista/Articulos/relap10art2.pdf> Acesso em: 19 abr. 2022.

LAVINAS, L. **As mulheres no universo da pobreza**: o caso brasileiro. Estudos Feministas, v. 4, n.2, p.464-479. 1996.

MACHADO, Alcântara A., **Vida e Morte do Bandeirante**, Livraria Martins Editora, 1965.

LUKÁCS, Georg. Sociologia. In: NETTO, José Paulo (Org.). Grandes cientistas sociais, São Paulo: Ática, n. 20, 1992.

MARCOUX, Alain. **The feminization of poverty**: claims, facts and data needs. Population and Development Review, v. 24, n.1, pp.131-139 march. 1998.

MARINHO, Natália. Quase metade dos domicílios brasileiros são sustentados por mulheres. **Notícias Concursos**. 14 de fev de 2021. Disponível em: <<https://noticiasconcursos.com.br/quase-metade-dos-domicilios-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres/#:~:text=De%20acordo%20com%20levantamento%20da,%C3%A9%20de%2034%2C4%20mil%C3%B5es.>>>.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

MATEO PÉREZ, M. A. **Das perspectivas metodológicas para la inclusión de la perspectiva de género en el análisis de la pobreza**. Psicohtema, 12(2), 2000, pp. 377-381.

MELO, F. R. **Mulheres da grande depressão**: a itinerância das representações femininas e maternas no romance e filme as vinhas da ira - estados unidos (1930-1940). Dissertação do programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Paraná, 2017.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2012, n.110, p.270 – 287.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito de la “cuestión social”. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

NETTO, José Paulo. **A ordem social contemporânea é o desafio central**. 33^o Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social. Santiago do Chile, 28/31 de agosto de 2006.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da Pobreza e Políticas Públicas para mulheres, **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Caxambu – MG, 2004

NORTHROP, E. M. The feminization of poverty: the demographic factor and the composition of economic growth. **Journal of Economic Issues**, v. 24, n. 1, p. 145-160, Mar. 1990.

NOVELLINO, M. S. F. **Feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu/MG – Brasil, de 20-24 – 2004

NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO BRASIL BATE RECORDE, mostra pesquisa. **Jornal Nacional**, 29 de junho de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/29/numero-de-pessoas-em-situacao-de-pobreza-no-brasil-bate-recorde-mostra-pesquisa.ghtml>>.

OLIVEIRA, J. C. A. Interseccionalidade, de Carla Akotirene. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, 6 (1), 303–309. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i1.35299> Acesso em: 20 jul. 2022.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia de Covid-19**. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identifica da%20antes%20em%20seres%20humanos>. Acesso em: 15 abr. 2022

ONU MULHERES BRASIL. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta. 2020. Disponível em: http://www.onu-mulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LA_C.pdf Acesso em: 13 ago. 2022.

OXFAM. O Vírus da Desigualdade. 2020. Disponível em .Acesso em: 20/08/2022

PAULA, L. T. **A criminalização da pobreza no sistema carcerário brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. São Borja. 2020.

PEREIRA, A. C. F; FAVARO, N. A. L. G; SEMZEZEM, P. **Mulher, escolarização e tendências em curso**. Artigo. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.13 n.3, p. 306-323, dez. 2021. ISSN: 2175-5604.

PETERSON, J. The feminization of poverty. **Journal of Economic Issues**, v. 21, n.

1, p. 329-337, Mar. 1987.

PÉREZ Orozco, Amaia. **Feminización de la pobreza.** Mujeres y recursos económicos. CGT. Comisión Confederal contra la Precariedad, 2003.

PEARCE, D. **The feminization of poverty:** women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, p.28-36. 1978.

PESSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. **2021. Disponível em:**

<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> **Acesso em: 14 ago. 2022**

PRESSMAN, S. **The feminization of poverty:** causes and remedies. *Challenge*, v. 31, n. 2, p. 57-61, Mar./Apr. 1988

PIRES, R. R. C. **Implementando desigualdades:** reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas / Roberto Rocha C. Pires Organizador. - Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

PINHEIRO, L. *et al.*, **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI:** reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. IPEA, 2019.

QUADROS, M. P. R. **Conservadorismo à brasileira: sociedade e elites políticas na contemporaneidade.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2015.

REED, E. **Sexo contra sexo ou classe contra classe.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. 144 p., (Coleção 10 n. 12) – 2º edição (reimpressão 2011) ISBN: 978-85-99156-41-4.

RIBEIRO, P. R. M. **História da educação escolar no Brasil:** notas para uma reflexão. *Paidéia* (Ribeirão Preto), n. 4, p. 15-30, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/n4/03.pdf>.

ROSSINI, M. C. **Estupro de mulheres negras e indígenas deixou marca no genoma dos brasileiros.** 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/estupro-de-mulheres-negras-e-indigenas-deixou-marca-no-genoma-dos-brasileiros/> Acesso em: 20 ago. 2022

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mitos e realidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SÁNCHEZ, P. K. V. Sin heterosexualidad obligatoria no hay capitalismo. In: *La Crítica*, 2015. Disponível em: <http://www.la-critica.org/sinheterosexualidad-obligatoria-no-hay-capitalismo/>. Acesso em 08/08/2022

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SAGI. VIS DATA 3 beta. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>>. Acesso 07 de outubro de 2022.

SIRELLI, P. M; SOUZA, M. O. Religião e a propagação da ideia de submissão da mulher. **Revista Serviço Social em Perspectiva**. Montes Claros, v.1, n.2, jun/dez-2017.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C; GIOVANNI, G. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, S. P; MARIANO, S. A. **As mulheres usuárias da assistência social, o trabalho remunerado e o não remunerado**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SOUSA, R. M. Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da questão social. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013

SOUZA, R. M. Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da questão social. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X

SUPLICY, E. M; BUARQUE, C. **Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileira**. Estudo avançados 11 (30), 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LCH7Vq5wpNDfyWFLn4JLMxK/?lang=pt&format=pdf#:~:text=Nesse%20contexto%2C%20o%20PGRFM%20estabeleceu,para%20que%20a%20renda%20familiar> Acesso em: 15 ago. 2022

SCHMIDT, J. F. As Mulheres na Revolução Francesa. **Revista Thema**, 9 (2). 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/147> Acesso em: 14 ago. 2022.

STALLARD, K. *et al.*, Poverty in the American dream: women and children first. Boston:South End apud Gimenez, Martha (1999). The feminization of poverty: myth or reality. *Critical Sociology*, n.2/3, p. 336-351, 1983

TAVARES, C; *et al.*, (org. e texto) **Mulheres construindo igualdade**: Caderno Etnicorracial/ Secretaria da Mulher. Pernambuco. Secretaria da Mulher Recife: A Secretaria, 2011.

TEIXEIRA, M. A pandemia do coronavírus e os seus efeitos sobre as mulheres trabalhadoras. SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/efeitos-pandemiamulherestrabalhadoras/>. Acesso em: 21/08/2022.

TORTOSA, J. M. Feminización de la pobreza y perspectiva de género. **Revista Internacional de Organizaciones**, n. 3, p. 71-89, 2009. Disponível em: www.revistario.org/index.php/revista_rio/article/download. Acesso em 12 dez de

2011.

VASCONCELOS, M. L. G; FREITAS, T. P. O mercado de trabalho e o “feminino”: os lugares historicamente reservados. **XVI Encontro Nacional - Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória/ES. 2018.

VIOTTI, M. L. R. **Declaração e Plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim 1995. Disponível em: [http:// www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf](http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf). Acesso em: 24 abr. 2022